



Anais da Assembléia

Nº 67

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 12 DE JUNHO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOSELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Ardur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP - 10:** Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondi Pugliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Anibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT - 09:** Algaci Túlio - Antonio Belinatti - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Turek; **PTB - 06:** Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Aníbal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL - 06:** Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT - 05:** Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Ângelo Vanhoni; **PSDB - 03:** Edgar Bueno - Beto Richa - César Silvestri; **PPR - 02:** João T. Filho - César A. Seleme; **PSC - 01:** Joselito Canto.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 51ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 1995**

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, secretariada pelos Senhores Deputados Edgard Bueno e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldo, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Angelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Dufílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Irineu Colombo, Geraldo Cartário, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Achando-se ausente o Senhor Deputado Doutor Rosinha (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Martins) -
Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais foram aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

O F Í C I O S

Sob o número 089/95, da Senhora Maristella Anorade de Carvalho, Juíza Substituta da Comarca de Pitanga, encaminhando boletins de urnas e mapa totalizador do plebiscito realizado em 28 de maio próximo passado, do Distrito de Boa Ventura. Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 25/95, do Senhor Carlos Henrique Licheski Klein, Juiz Eleitoral da

135ª Zona da Comarca de Pérola, encaminhando Ata Geral de Apuração do plebiscito realizado no Distrito de Boa Esperança, visando a criação do Município de Esperança Nova, a ser desmembrado do Município de Comarca de Pérola. Ao conhecimento da Casa.

Sob no nº 001/95, do Senhor Deputado Caíto Quintana, comunicando que foi eleito Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, para averiguar possíveis irregularidades nos bingos de nosso Estado. Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1612

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 109/95, que declara de Utilidade Pública o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Paranapá - CIMESPAR.

Sala das Sessões, em 12.06.95.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1618

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 209/95, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Municípios do Norte do Paraná - AMUNOP, com sede e foro no Município de Cornélio Procopio.

Sala das Sessões, em 12.06.95.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 1613

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 141/95, que autoriza o Poder Executivo Estadual a isentar as APAE's e os Asilos e Creches, que são mantidos por organizações não governamentais, do pagamento da taxa de consumo de energia elétrica e água, cobrados pela COPEL e SANEPAR, respectivamente.

Sala das Sessões, em 12.06.95.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1621

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inversão da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 12.06.95.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 1616

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 12.06.95.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 1605

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao Doutor Jeferson Proença Testa, nomeado Gerente do SENAC da Cidade de Londrina.

Trata-se de um profissional competente, sério, dedicado, com passado brilhante, sempre em defesa de sua comunidade, dos valores culturais de sua gente e que, mercê de suas qualidades, haverá de desempenhar com sucesso esta nova função na área do ensino profissionalizante.

Sala das Sessões, em 12.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1606

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de congratulações, louvor e muito aplauso ao Sindicato do Comércio Varejista e Produtos Farmacêuticos de Maringá, que comemora 20 anos de existência.

Trata-se de importante entidade sindical dos patrões de Maringá, com vasta história de atendimento à classe.

Nas figuras de seu Presidente, Nivaldo Ricci e vice-Presidente, Milton Aparecido de Assis, os cumprimentos desta Casa.

Sala das Sessões, em 12.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1607

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Baronaide e Maria da Luz Marques, que completou 75 anos de feliz união conjugal, comemorando desta forma as Bodas de Diamante, renovando o seu propó-

sito de amor e fidelidade a Cristo.

É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama de amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 12.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1608

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de voto de Congratulações ao Excelentíssimo Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado do Paraná, pela sanção, nesta semana da Preservação Ambiental, da Lei n° 11.054, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, que trata da preservação florestal.

Requer ainda, que da decisão desta Casa de Leis seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Governador.

Sala das Sessões, em 12.06.95.

(a) ELIO RUSCH

Apoio: Reny Borsato e Nelson Garcia.

REQUERIMENTO N° 1617

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de votos de congratulações, ao Município de Tomazina na pessoa de seu Prefeito Artur Miguel Cardoso, extensivo à Câmara Municipal e a toda comunidade, pela passagem do 128º aniversário, comemorado no último dia 2 de junho.

Sala das Sessões, em 12.06.95.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

O Município de Tomazina, situado no Norte Pioneiro, do Estado do Paraná, chega aos 128 anos, cercado de cidadãos conscientes de sua importância no mapa político e econômico deste Estado. Sua pujança é indelével por toda a extensão do município. Ao comemorar seu aniversário, cada munícipe de Tomazina tem em si o orgulho natural daqueles que nasceram e residem num local cuja maior preocupação é o desenvolvimento harmonioso e integrado.

A gente de Tomazina é paranaense da melhor estirpe. A Cidade de Tomazina é um

pedaço do Paraná que encontrou sua vocação e dela faz o engrandecimento de seu povo e de seu Estado.

Por tudo isso, só merece aplausos e congratulações.

REQUERIMENTO N° 1622

Senhor Presidente.

O presente e o futuro de uma Nação são construídos sobre o seu passado. Uma terra sem passado não tem no que apoiar-se, porque aí está sua alma, seus valores, suas bases culturais. O Jornal "Gazeta do Povo" presta um serviço à cultura e à educação, através da página "Nostalgia" que, semanalmente publica fotos e textos que são verdadeiras aulas do passado, da história do Paraná.

Esse espaço, que durante os seis últimos anos vem sendo oferecido pela Gazeta do Povo, não contenta apenas os saudosistas, mas serve a escolas e seus alunos para conhecerem a história local. Merece ela o louvor, o agradecimento e as congratulações dos representantes do povo no Legislativo Paranaense.

Assim, o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER a inserção, na Ata da presente sessão, de votos de louvor e congratulações com a Gazeta do Povo.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento ao Dr. Francisco da Cunha Pereira, Diretor-Presidente da Gazeta do Povo.

Sala das Sessões, em 12.06.95.

(a) ALGACI TOLIO

REQUERIMENTO N° 1623

Senhor Presidente.

Curitiba, viveu, no último dia 3, momentos de encantamento, quando da apresentação dos "Concertos de Vinólia", com a Orquestra Johann Strauss, de Viena - Áustria, regida pelo Maestro Franz Bauer-Theussl. A apresentação, realizada no calçadão da Rua das Flores, foi assistida por uma verdadeira multidão e mostrou que o público sabe apreciar a boa música.

A orquestra que apresentou-se é a sucessora da formada por Strauss, que desapareceu no início do século e foi reabilitada nos anos 60, reunindo importantes músicos europeus.

A apresentação fez parte da série "Concertos de Vinólia", que levou o conjunto austríaco a seis capitais brasileiras.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de louvor e congratulações à empresa Vinólia e Prefeitura Municipal de Curitiba, pela

apresentação de tão grandioso e importante espetáculo.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento aos promotores do evento acima citados.

Sala das Sessões, em 12.06.95.

(a) ALGACI TOLIO

REQUERIMENTO N° 1635

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de congratulações ao Prefeito Municipal de Chopinzinho, Vanderlei Crestani, e ao Presidente da Central de Associações de Produtores Rurais de Chopinzinho, Evaldo Peretti, pela brilhante organização do II Encontro Regional de Associações de Produtores Rurais do Sudoeste do Paraná, realizado no último dia 10 de junho de 1995.

Sala das Sessões, em 12.06.95.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

Em função dos temas de grande interesse regional abordados (MERCOSUL), por ocasião do evento, bem como da troca de experiências entre os produtores rurais do sudoeste do Paraná, foi de grande valia a realização desse importante evento, para o desenvolvimento econômico-social dos produtores da região.

REQUERIMENTO N° 1624

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviada mensagem de parabenização ao Senhor Governador do Estado pela nomeação, para Presidente do Conselho Estadual de Educação, do Professor Paulo Maia.

Sala das Sessões, em 12.06.95.

(a) EDGAR BUENO

Apoio: Luiz Carlos Zuk.

JUSTIFICATIVA:

O Conselho Estadual de Educação necessita, há tempo, de pessoa como o Professor Paulo Maia em sua direção. Indivíduo de notável experiência na área de Educação, e que inclusive já foi integrante desta Casa de Leis, o Professor Paulo Maia dará ao Conselho sua real função social de fiscalizar e acompanhar - com firmeza - o ensino no Paraná, mas, acima de tudo, usando de habilidade e de conhecimento das necessidades de ensino de nosso Estado.

REQUERIMENTO N° 1625

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja en-

viada correspondência à COPEL, solicitando informações a respeito dos critérios adotados para a cessão dos postes públicos à Empresa Vídeo Cabo Cascavel, da Cidade de Cascavel, bem como cópia do referido contrato.

Sala das Sessões, em 12.06.95

(a) EDGAR BUENO

JUSTIFICATIVA:

Nova fonte de lazer da sociedade moderna, a TV a cabo está tomando conta de nosso País. Além de vir a beneficiar a sociedade, que vem a gozar de mais uma modalidade de entretenimento, a TV a cabo vem também a ser mais uma fonte de arrecadação para a Administração Pública, com impostos e com o "aluguel" dos postes públicos, posto que algumas empresas utilizam-se dos postes públicos para fazer o cabo chegar às residências.

O Ministério das Comunicações, para regularizar o serviço e prevendo o possível problema que seria gerado com esse serviço, no tocante à clandestinidade de algumas retransmissoras, editou portaria tratando do assunto.

Através do presente requerimento viso informações, no sentido de esclarecer a legalidade de operação da Empresa Vídeo Cabo Cascavel, da Cidade de Cascavel, tendo em vista algumas denúncias de irregularidades na empresa, que hoje só opera amparada em uma liminar da justiça.

REQUERIMENTO N° 1601

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente para que seja incluída no plano de obras da Secretaria de Estado dos Transportes no presente exercício, a pavimentação asfáltica, da estrada que liga a PR-090 no Município de Curiúva, até o Bairro Felisberto no mesmo município.

Sala das Sessões, em 12.06.95

(a) RENY BORSATTO

JUSTIFICATIVA:

A pavimentação asfáltica da estrada, desde o seu entroncamento na PR-090 no Município de Curiúva até o Bairro Felisberto no mesmo Município, é uma antiga reivindicação daquela população, especialmente daqueles que residem na zona rural, que em épocas de chuva sofrem para escoarem suas produções, além de verem seus filhos que estudam na sede do município, no período noturno, prejudicados por não poderem frequentar as aulas.

As promessas para a pavimentação asfáltica daquele trecho de estrada, já foram feitas por vários governos anteriores, mas até hoje aquela população tem ficado na espera e com a esperança de que um dia

o sofrimento acabe e a obra seja realizada, e assim não sofram mais prejuízos no escoamento de seus produtos, plantados e colhidos com todo o carinho que o agricultor dedica ao seu trabalho, para que não falte o arroz, o feijão, o café, a carne e outros produtos essenciais na mesa do trabalhador.

REQUERIMENTO N° 1602

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente para que se inclua no plano de obras, da Secretaria de Estado dos Transportes no presente exercício, a pavimentação asfáltica da estrada que liga a sede do Município de Joaquim Távora ao Bairro João, no mesmo Município.

Sala das Sessões, em 12.06.95

(a) RENY BORSATTO

JUSTIFICATIVA:

A pavimentação asfáltica da estrada que liga a sede do Município de Joaquim Távora ao Bairro João no mesmo Município, é uma antiga reivindicação principalmente da população que reside na zona rural, que em épocas de chuva sofrem com o escoamento de suas produções agrícolas, além de verem seus filhos faltarem às aulas pelo péssimo estado que fica aquela estrada, em muitas ocasiões não dando condições de tráfego. Todos anos prometem resolver o problema, mas a população espera até hoje que essas promessas sejam cumpridas e os seus sonhos realizados.

REQUERIMENTO N° 1603

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores do Jardim Teffê, no Parque São Jorge. Este local não tem nenhuma infraestrutura; os moradores pedem para que sejam abertas ruas, para que passe o caminhão do lixo, pois os terrenos baldios estão se transformando em depósito de lixo e, que sejam abertas valetas, pois o esgoto corre pelo meio dos terrenos.

Sala das Sessões, em 12.06.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1604

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido dos moradores da

Lamenha Grande, para que seja feito acostamento na Avenida Wadislau Bugalski, do Jardim Itapema até o Jardim Santa Fê.

Neste trecho o fluxo de veículos é muito intenso e ali existem duas escolas, as crianças têm que andar pela rua, correndo risco de vida.

Sala das Sessões, em 12.06.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1609

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Energia Elétrica - COPEL, no sentido de colocar iluminação pública na rua Cinco, Jardim Teffê, no Parque São Jorge, em Almirante Tamandarê.

Neste local já existem os postes, só faltam as luminárias, os moradores têm que pagar a taxa de iluminação pública que é cobrada todos os meses na conta de luz.

Sala das Sessões, em 12.06.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1610

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Paranaguá, no sentido de proceder limpeza do rio localizado na estrada da Praia de Leste, sendo que o mesmo encontra-se muito sujo, causando alagamento nas residências das proximidades.

Segue em anexo, cópia do Ofício n° 379/95 da SANEPAR para sua apreciação.

Sala das Sessões, em 12.06.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1611

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Deni Schwartz, solicitando para que seja urgenciada a realização do processo licitatório visando a execução do Contorno Leste de Lobato.

Sala das Sessões, em 12.06.95

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

O Contorno Leste de Lobato, é um antigo anseio da população daquele Município, objetivando maior segurança aos transportadores de cana-de-açúcar, bem como aos demais transeuntes do local.

A execução do referido Contorno Leste, já foi objeto do processo licitatório n°

041332.2200, realizado em 04 de janeiro de 1995 e que na ocasião não logrou êxito por falta de interessados.

O Contorno Leste de Lobato, com a extensão de 1.430,75 ms, já tem seu projeto básico de terraplenagem e pavimentação elaborado pela 4ª Supervisão de Estudos e Projetos do DER/Maringá, desde junho de 1994.

REQUERIMENTO N° 1614

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Prefeito Municipal de Ibema, Aramitan Fortunatto, congratulando pela passagem de 6 anos de emancipação política do Município, dia 12 de junho de 1995.

Outrossim, requer, que da decisão da Casa, seja dada ciência também ao Senhor vice-Prefeito e Senhores Vereadores, para que, em nome do Poder Legislativo do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Ibema.

Sala das Sessões, em 12.06.95

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Em 12 de junho de 1989, desmembrava-se de Guaraniaçu, o Município de Ibema. Foram 6 anos de árduo trabalho, onde a população demonstrou o espírito de luta e companheirismo. O trabalho sério e honesto de todo o povo ibemense, foi decisivo para que Ibema se tornasse um município pujante.

Hoje, temos a grata satisfação de constatar que o esforço concentrado valeu a pena. Os resultados são surpreendentemente favoráveis.

A proposição deste Parlamentar, visa prestar uma justa homenagem àquela população que muito orgulha o nosso Estado.

REQUERIMENTO N° 1615

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor Albino Santin, do Município de Guaraniaçu - PR.

Requer, ainda, que do teor do presente, dê-se ciência à família.

Sala das Sessões, em 12.06.95.

(a) NEREU ALVES DE MOURA

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Albino Santin, foi um dos pioneiros em Guaraniaçu. Homem de boa índole, acreditou e não mediu esforços para ajudar no desenvolvimento e progresso do município. Formou sua família, baseado nos princípios da honradez, respeito e honestidade. Agricultor, fez do trabalho, a marca registrada do seu modo de vida.

Infelizmente o passamento prematuro do Senhor Albino Santin, deixou uma marca profunda na sociedade guaraniaguense que jamais será esquecida. O seu jeito amigo, companheiro, a sua maneira gentil e leal de ser, não se apagará da memória de todos que o conheceram. Trata-se, sem sombra de dúvida, de uma perda irreparável e ficará a saudosa lembrança do velho e bom amigo Albino Santin. O Santin do jogo de bocha, do C.T.G., das festas, da luta, da firmeza e, sobretudo, do bom caráter, lealdade e do trabalho.

Que Deus reserve um lugar distinto para esse companheiro, que marcou sua passagem por esta terra de forma positiva. Construiu uma imagem que nunca será esquecida.

Que os seus filhos, genros, noras, netos, parentes e amigos, tenham sempre em mente os bons exemplos deixados.

REQUERIMENTO N° 1619

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições (art. 129, § 1º, V, do Regimento Interno), REQUER, o encaminhamento de expediente ao Dr. Luiz Antonio Fayet, MD. Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A., manifestando nossos agradecimentos pelo atendimento e atenção dispendida no tocante à causa dos mandiocultores de Paranavaí e região (renegociação das dívidas).

Sala das Sessões, em 12.06.95.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

Foram inúmeras as vezes que o Presidente do Banco BANESTADO S/A, Dr. Luiz Antonio Fayet, foi procurado com a finalidade de discutir meios de renegociação das dívidas dos mandiocultores de Paranavaí e região.

Em todas elas, ele demonstrou-se sensível aos problemas enfrentados pelo setor mandioqueiro, tentando buscar a rápida solução.

As audiências com Dr. Fayet poderiam ocorrer a qualquer hora do dia, e sem horário pré-determinado para findar; sempre com humildade e simpatia, soube ele, ouvir e se fazer ouvir.

O trabalho que desenvolve o Dr. Fayet junto a este Banco Estadual, certamente será de pleno êxito até o final deste Governo.

É uma honra ter como Diretor-Presidente do Banco do Estado, um homem como Dr. Luiz Antonio Fayet, profundo conhecedor das causas da agricultura.

Por isso, requeremos o encaminhamento deste, no qual manifestamos nossos agradecimentos pela atenção e dedicação dispendida em todas as oportunidades na qual o Senhor Presidente do BANESTADO S.A. foi

solicitado.

REQUERIMENTO N° 1626

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Dr. Armando Martinho Marou Raggio, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a construção de um Posto de Saúde no bairro Nhapindazal do Município de Irati.

A presente solicitação visa estender o atendimento médico a toda população, principalmente àquelas que residem em locais distantes.

Sala das Sessões, em 12.06.95.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1627

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Deni Lineu Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a inclusão no Programa de Obras daquela Secretaria, a pavimentação asfáltica ligando os Municípios de Irati a São Mateus do Sul.

Trata-se de uma antiga reivindicação daquelas populações, que há mais de três décadas clamam por este asfaltamento ligando o Sul do Paraná com o Estado de São Paulo.

Anualmente este asfaltamento vem constando no orçamento anual do Estado, contudo, não tem sido executado, motivo pelo qual, em atendimento aos apelos daquelas comunidades, é que solicitamos a inclusão no Programa de Obras da Secretaria dos Transportes.

Sala das Sessões, em 12.06.95.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1628

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Lubomir Antonio Ficinski Dunin, solicitando a implantação do projeto de galerias pluviais no Distrito de São Vicente, Município de Araruna.

Trata-se de distrito populoso com necessidade de implantação de serviços básicos de saneamento para melhor atendimento à população.

Sala das Sessões, em 12.06.95.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1630

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Michela Caputo Neto, Mui Digno Diretor Geral do CEMEPAR - Central de Medicamentos do Paraná, solicitando a liberação de medicamentos básicos, para serem distribuídos através dos Postos de Saúde às pessoas carentes do Município de Ivatê.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado à Senhora Elmida Guarnieri Panazzolo, Prefeita Municipal de Ivatê (Av. Rio de Janeiro, 2572); ao Vereador Lourival Pestana, Presidente da Câmara Municipal de Ivatê (Rua Loanda, s/n) CEP 87519-000; ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Rua Des. Munhoz de Mello, 3800 - Ed. Centro Comercial, sala 101 - 1º andar, CEP 87501-190, Umuarama).

Sala das Sessões, em 12.06.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A população de Ivatê vem apresentando considerável aumento em razão da reativação da Usina de Açúcar, que absorveu mais de 1.200 trabalhadores volantes (bóias-frias) cujas famílias são totalmente desprovidas de recursos.

O município, com os poucos recursos de que dispõe, vem procurando atender essas famílias, mas dado ao estado de subnutrição em que se encontra, não têm como resistir às doenças, exigindo o consumo de grande quantidade de medicamentos.

REQUERIMENTO Nº 1631

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor RAMIRO WAHRAFTIG, Digníssimo Secretário de Estado da Educação, solicitando a implantação do Programa "Escola do Campo", no Município de Iporã.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado a Senhor Salvador Caetano da Silva, Prefeito Municipal de Iporã; a Vereadora Maria Aparecida Zago Udenal (Rua Pedro Álvares Cabral, 2677 - CEP 87560-000); ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Rua Des. Munhoz de Mello, 3800, Ed. Centro Comercial, Conj. 101 - CEP 87501-190, Umuarama).

Sala das Sessões, em 12.06.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O presente expediente tem o objetivo de ratificar a proposta da Vereadora Maria Aparecida Zago Udenal, que visa o incentivo e fixação do trabalhador no campo.

Com a implantação da "Escola do Campo", os filhos dos agricultores serão

beneficiados com uma formação profissional, garantindo cada vez mais o fortalecimento da agricultura.

REQUERIMENTO Nº 1633

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública, solicitando a relação, discriminando item por item, das despesas efetuadas, no valor de R\$ 7.817,00 e pagas por esta Secretaria ao Senhor Antônio Luiz Winter, proprietário do imóvel que serviu de "QG" pelas Polícias Civil e Militar na Cidade de Marechal Cândido Rondon, bem como cópia do Parecer nº 510/95-CT/SEEG.

Sala das Sessões, em 12.06.95

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

O Poder Legislativo deve fiscalizar as ações do Poder Executivo, que autorizou o ressarcimento de despesas, no valor de R\$ 7.817,00, ao Senhor Antônio Luiz Winter, proprietário do imóvel que serviu de "QG" pelas Polícias Civil e Militar na Cidade de Marechal Cândido Rondon.

Por tratar-se de recursos públicos, pretendemos avaliar item por item destes gastos, para proceder uma análise rigorosa sobre os mesmos.

REQUERIMENTO Nº 1632

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, solicitando a relação das entidades, declaradas de Utilidade Pública, que foram e vêm sendo beneficiadas com subvenções sociais e seus respectivos valores, no período de 1992 a 1994.

Sala das Sessões, em 12.06.95.

(a) IRINEU COLOMBO

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 214/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O artigo 2º da Lei Complementar nº 59, de 1º de outubro de 1991, modificada pela Lei Complementar nº 67/93, passa a constar também, como unidade de conservação ambiental, as áreas de várzea.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.06.95.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

A Lei Complementar nº 59/91, dispõe sobre o ICMS ECOLÓGICO. A Lei Complementar nº 67/93, de 08.01.93, altera a redação do artigo 2º da Lei Complementar original, acrescentando "áreas de reservas indígenas, área de relevante interesse de leis ou decretos federais, estaduais ou municipais, de propriedade pública ou privada".

Com a proposição desta Lei Complementar, queremos incluir nos cálculos do índice do Fator Ambiental, as áreas denominadas de várzea, ou seja, aquelas áreas existentes às margens dos rios, após a mata ciliar, por julgarmos por demais necessária.

Essas áreas têm sua exploração proibida pelo próprio IAP - Instituto Ambiental do Paraná. São de relevante interesse ecológico, pois possuem condições naturais primitivas, tendo um aspecto paisagístico e a própria preservação do ciclo biológico de espécies de fauna e flora. A sua conservação permanente faz com que os rios fiquem protegidos de erosões e desbarrancamentos, evitando, desta forma, prejuízos para a ecologia.

Essas áreas, apesar da proibição pelo IAP de sua exploração, não estão incluídas no ICMS ECOLÓGICO, o que acarreta consideráveis prejuízos aos Municípios que as possuem.

Para reparação deste equívoco, solicitamos o apoio dos nobres Pares nesta Lei Complementar.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 215/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Escola de Equitação Horse Manship S/C Ltda, pessoa jurídica de direito privado, com sede no Município de Curitiba, na Rua Guglielmo Marconi, nº 380, Bairro Tarumã, os lotes que a seguir descreve, transcritos na 2ª Circunscrição Imobiliária de Curitiba, sob o nº 12.326, no Livro 3-H, em 07.06.57:

"N 2 - Medindo 160,00 m de frente, com área total de 19.200,00 m²".

"N 3 - Medindo 60,00 m de frente, com área total de 12.570,00 m², todos de frente para uma rua projetada".

"N 4 - Com área de 11.950,00 m² (faixa não edificável)".

Art. 2º - A Escola de Equitação Horse Manship S/C Ltda, manterá um programa permanente e gratuito, de auxílio a excepcionais.

Art. 3º - Ficam os imóveis objeto da doação gravados com as cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e reversibilidade ao Estado, caso seja dada destinação diversa ao estipulado nesta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.06.95.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Escola de Equitação Horse Manship é uma sociedade civil que se dedica à prática do hipismo neste município, em área antes cedida pela Corporação Militar do Estado do Paraná (1987).

Desde então, seus responsáveis trataram de construir toda a infra-estrutura que viabilizasse a divulgação e a prática do esporte.

Assim, foram edificadas instalações apropriadas para o estabulamento de animais, picadeiros para aulas de salto e adestramento, drenagem do terreno, espaço adequado para permanência de alunos, sede administrativa, e demais equipamentos tidos como indispensáveis.

Esse empreendimento, em grande parte, estende-se à terapia de crianças excepcionais, o que vem alcançando significativo êxito comunitário. A esse propósito, a Câmara Municipal de Curitiba conferiu-lhe, em 1993, o "Diploma de Consagração Pública", pelos relevantes serviços prestados à sociedade curitibana.

Como se vê, é patente a sua projeção, e do Estado do Paraná, como um dos pioneiros nessa relevante iniciativa, colocando-os em lugar de merecido destaque.

Diante do exposto e, a fim de preservar o que de construtivo existe na iniciativa da Escola de Equitação Horse Manship, levando-se em consideração o real significado dos investimentos já feitos naquela área, e principalmente os relevantes serviços postos à comunidade, na medida em que a equoterapia é sabidamente recomendável à recuperação de pessoas com deficiências graves, contamos com o apoio dos nobres Deputados, para a aprovação desta proposição.

PROJETO DE LEI Nº 216/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Para os efeitos do disposto na alínea "c" do § 3º do artigo 1º da Lei nº 7.827 de 29.12.83, a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR, entidade declarada de Utilidade Pública pela Lei nº 10.717 de 07 de março de 1994, poderá ser equiparada à órgão oficial de pesquisa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.06.95.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 7.827, no seu artigo 1º, § 3º, alínea "c", para cadastro de agrotóxicos na Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná, entre outros requisitos, exige a apresentação do laudo de eficiência agrônômica e de resíduos toxicológicos, fornecido por entidade oficial de pesquisa.

A Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR, pessoa jurídica de direito privado, além de congrega as cooperativas de produtores agrícolas, é uma entidade sem fins lucrativos e que há anos vem prestando serviços de mais alta valia à produção e aos produtores, enfim, a sociedade e a Estado.

Além disso, é um órgão de Utilidade Pública, reconhecida de pesquisa agrônômica, inclusive credenciada pelo Ministério da Agricultura, conforme a Portaria nº 108 de 14.11.91, da Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária do MAARA.

Assim, trata-se de um órgão de reconhecida idoneidade técnica que, se credenciada, contribuirá em muito para o respectivo setor.

Outrossim, o seu credenciamento ampliaria o elenco de entidades capacitadas ao atendimento dos interessados, sem prejuízo de ordem técnica, face ao conceito de que a OCEPAR apresenta.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Martins) -

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Jocelito Canto.

Ausente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Cláudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É com satisfação que nesta tarde venho a esta tribuna, no Dia dos Namorados, para falar um tema que está muito vinculado aos namorados desse Paraná, que é a questão da moradia, da casa própria, da habitação.

Afinal de contas, um casamento só se concretiza dentro de uma casa boa que dê dignidade a uma família e é por isso que no último sábado, com alegria, realizamos aqui nesta Casa, o 1º Fórum sobre a questão da moradia popular, um Fórum estadual que reuniu aqui as mais diversas autoridades, lideranças expressivas do movimento de mutuários do Paraná, Prefeitos, vice-

-Prefeitos, Vereadores dos mais diversos municípios do nosso Estado, de Londrina, de Campo Mourão, de União da Vitória, lideranças de todo o Paraná que para cá vieram para discutir essa questão importante que é a questão da moradia.

Nós ficamos visivelmente preocupados com o que está acontecendo no nosso Estado, Deputado Tureck. O Senhor tem subido à tribuna e com muita propriedade tem colocado a questão dos mutuários do Sistema Financeiro da Habitação, da Caixa Econômica que de forma cruel, têm sido executados e na justiça, a Caixa Econômica pede a reintegração de posse e o desejo das famílias que compraram as famosas "casas da margarida", nos anos de 90, 91 e 92.

Nós estamos passando por um momento muito difícil, porque se de um lado o Governo Federal e o Senhor Fernando Henrique Cardoso, senta numa mesa com os ruralistas, cancela dívidas, renegocia contratos, por outro lado, aos mutuários brasileiros o que quer fazer esse mesmo governo?

Quer despejar famílias que não conseguem pagar sequer sua prestação, Deputado Luiz Carlos Martins.

É a dura realidade que vivemos nesse Paraná e aqui foi importante a presença do gerente de habitação e hipoteca da Caixa Econômica, Doutor Marco Antonio, porque ele pôde estabelecer um convívio minimamente responsável a partir dessa discussão dura que travamos, porque a Caixa Econômica aceitou recuar pelo menos um pequeno passo nesta caminhada insensata de fazer com que ela possa querer retomar 12 mil imóveis, que é o número de mutuários inadimplentes que compraram as casas do des- governo do Collor e que estão na eminência de serem despejados, pois a Caixa assumiu o compromisso (eles dizem que têm que continuar executando), mas assumiram o compromisso de não pedir a reintegração de posse e despejo das famílias.

Agora, é importante que essa Casa aqui, que é uma Casa do povo, que, tem Deputados que conhecem cada um dos que estão aqui, a realidade do problema habitacional, que nós possamos nos mobilizar em primeiro lugar, para resolver definitivamente o problema dessas famílias que um dia, iludidas na sua boa fé, foram enganadas e compraram casas de péssimas qualidades com preço de apartamento de luxo nas grandes cidades paranaenses.

É por isso que o nosso fórum deliberou algumas coisas que são da maior importância e essa Casa aqui vai ser de fundamental importância para que nós possamos avançar em conquistas que ao longo dos anos foram sendo feitas.

Por exemplo, um primeiro ponto: é de garantir a destinação de 2% do orçamento do Estado para a habitação.

Essa questão do financiamento a partir de recursos do Tesouro do Estado, é uma questão essencial, indispensável para a habitação.

Senão vejamos: hoje temos no SFH duas fontes de financiamento, os recursos da Caderneta de Poupança e os Recursos do FGTS.

Ora, a poupança já está toda ela comprometida com esse processo todo que o "Sistema Financeiro" montou, ou seja, o banco, hoje, faz a captação da poupança que ele tem que, obrigatoriamente, investir em habitação mas não investe.

Ele aplica no CDI, para ter lucro financeiro polpudo, para fazer desconto de duplicata, para fazer, na verdade, operações financeiras em que os bancos vêm aqui no Paraná principalmente os bancos, com exceção do Banco do Estado do Paraná e o Bamerindus, os demais, pouquíssimos agentes financeiros aplicam um centavo sequer. Só aplicam em operações financeiras que são altamente lucrativas. E, claro, a questão essencial que nós não podemos deixar de ter que é de nós conseguirmos esses recursos desse financiamento do FGTS, que hoje - dia a dia, o governo vai à televisão anunciar.

Se contássemos todas as vezes que o Senhor Cid Moreira - que é apresentador da Globo - enche a tela, Deputado Jocelito, falando: "Liberado mais 500 milhões para a construção das casas" - fazem 4 anos que eles estão falando do mesmo dinheiro.

É inaceitável um sistema cruel igual a esse que penaliza justamente quem? A camada de renda mais pobre da nossa sociedade, a população de mais baixa renda. Aquela população que saiu das pequenas cidades, das médias cidades paranaenses e que vieram se aglutinar nos grandes pólos, nas cidades pólos do Paraná e também mesmo nas médias cidades.

E, o drama, na verdade, se tornou um drama cruel e terrível para esta população.

É por isso que, ou nós identificamos, claramente, da onde é que vamos tirar os recursos para financiar a moradia no Brasil, ou, de fato, nós vamos ficar só em promessas de palanques nas campanhas eleitorais e na prática nós não vamos conseguir avançar nada.

Por isso, quero em primeiro lugar, pedir o apoio aqui, nesta Casa.

Nós estamos discutindo a questão da LDO. Nós temos que assegurar, garantir recursos para habitação, recursos do Tesouro do Estado.

A definição da aplicação desse dinheiro, claro, é competência do Governador do Estado, com a sua equipe.

Mas nós temos que ter, aqui, a sensibilidade de destinar os recursos para ha-

bitação para que o Governo Estadual possa, ele, investir e gerar é claro, a casa própria para as nossas famílias.

É necessário que esta Casa se manifeste para que a proposta que foi oriunda do Fórum de Secretários de Habitação, quando ainda tinha a honra de participar deste Fórum, fizemos uma proposta que foi ela - ela foi uma emenda constitucional assinada pelo saudoso Ulisses Guimarães e o Doutor Ulisses - nessa emenda - propõe que 2% de todos os tributos, de todas as receitas do Estado, da União dos Municípios sejam investidos, exclusivamente em habitação.

Como forma de darmos uma resposta efetiva a essa camada da população de menor baixa renda.

Essa luta, na verdade, é uma luta de todos nós. Neste nosso Fórum estiveram presentes, aqui, vários Deputados Federais, entre eles, o Deputado Basílio Vilani, do PPR, o Deputado Ricardo Gomide do PC do B e o Deputado Edson Mikeleti do PT que é o Coordenador na Câmara dos Deputados sobre a questão da habitação.

Na Câmara dos Deputados se trava agora, uma discussão, para estabelecermos no Brasil uma nova política habitacional. Porque esta que está aí já não serve mais, porque ela consegue gerar, produzir casas e, ao mesmo tempo, é um sistema perverso.

Porque os que podem mais pagam menos e os que podem menos, pagam mais.

Pelo sistema que hoje tem da equivalência salarial que é perverso para o mutuário de baixa renda.

E quem é que nós temos que atender? É a política habitacional que tem que atender a quem ganha até 10 salários mínimos. Depois desta faixa de renda, embora com dificuldades, a família, ela consegue, com os mecanismos que se tem hoje no mercado imobiliário viabilizar a sua moradia, mas abaixo disto e principalmente para aquelas famílias que ganham abaixo de três salários mínimos é indispensável a mão forte do Estado apoiando esta família para que ela consiga ter e realizar o sonho da sua casa própria.

Quero destacar também a participação do Deputado Estadual Péricles de Mello que coordenou o bloco sobre a discussão das políticas habitacionais, foi da maior importância a participação do Deputado Péricles que contribuiu de forma decisiva para o sucesso do nosso encontro e deste encontro nós, na verdade, recebemos a presença aqui também do Secretário de Política Habitacional, Rafael Delly, do Presidente da COHAB de Londrina, Wilson Cella, do Presidente da COHAB de Curitiba, Ivo Mendes Lima, que fez uma bela exposição, tivemos a presença do Coordenador do PROCON no Paraná, do Superintendente da Caixa Econômica do Paraná, o Normam de

Paula Arruda, enfim, entre outras lideranças tantas que participaram, Presidente da FAMESP, que é a Federação dos Mutuários do Estado de São Paulo, da FAMOPAR que é Federação de Associação de Moradores do Estado do Paraná, enfim, lideranças que conseguiram na verdade discutir em grande profundidade a questão da moradia no Paraná e no Brasil.

Nós aqui temos que fazer a nossa parte. Por isso quero solicitar a esta Casa, vou apresentar um Requerimento e gostaria de ter o apoio para que nós nos engajemos nesta campanha que se destine dois por cento para habitação no Brasil em todos os níveis de Governo. Vai se passar agora por uma reforma tributária no Brasil e é indispensável que o setor de habitação tenha que ter uma proposta muito clara ao apresentar.

O Sr. Renato Adur - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento).

Deputado Romanelli, quero me congratular com V.Exa. pela oportunidade em que V.Exa. traz à tona este problema tão grave da questão habitacional.

Hoje mesmo quando vinha para a Assembleia ouvia na rádio que existe já um déficit nos setores de financiamento de habitação no Brasil em torno de 40 bilhões de dólares, uma coisa assim estrondosa. E ao mesmo tempo que nós vemos esses financiamentos das casas do tempo do ex-Presidente Collor, pessoas que não têm uma renda familiar adequada e que não consegue pagar o financiamento de uma casa pequeninha, uma casa com péssimas condições de construção e com uma prestação de casa de alto luxo. Acho que não é concebível. É necessário efetivamente um movimento como este que V.Exa. está promovendo, temos que somar os esforços, nos unirmos em defesa daqueles menos favorecidos. Ao mesmo tempo, Deputado Romanelli, devemos estimular e apoiar o Governo em medidas que visem trazer benefícios de casa própria nos moldes da Casa da Família da qual V.Exa. era Presidente na COHAPAR. Acho que temos que estimular moldes que dêem continuidade aquilo que deu certo, porque o Brasil, independentemente de Partido Político deve estimular aquilo que deu certo e no país, no nosso Estado, o sistema de moradia popular no Governo anterior efetivamente deu certo. Esperamos que o atual governo também procure aprimorar e melhorar até o que foi feito no Governo anterior, mas que não desestímule jamais projetos desta natureza. E na área federal acho que a situação é muito mais séria do que se pensa. Acho que há necessidade de um movimento, de um posicionamento mais sério a este respeito. Era isto.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Muito obrigado, Deputado Renato Adur pelo aparte. V.Exa. conhece bem o problema da habitação e apenas para informar a esta Casa, desses 44 bilhões de dólares que o Governo Federal tem de déficit na conta da Habitação na verdade, saibam os senhores, esses recursos, esse rombo do FGTS e do SFH Deputado Renato Adur, esse rombo ele é oriundo daqueles agentes financeiros, Delfin, tantos agentes financeiros que quebraram, CREFISUL, Banco Sul Brasileiro; dos Bancos que quebraram, dos agentes financeiros que quebraram e que esta conta foi toda para a conta, todos os resíduos foram sendo colocados nesta conta, e claro, o super-faturamento também. Então, na verdade esta conta é uma conta muito grande que está sendo paga pelo conjunto e vai ser paga pelo conjunto da população brasileira.

Nós também tiramos uma posição aqui que é da maior importância. A Federação das Associações de Moradores do Paraná, a FAMOPAR, ela propôs e o Fórum acatou que se proponha à Caixa Econômica Federal três pontos que são da maior importância para os mutuários paranaenses. O primeiro, a imediata paralisação das execuções judiciais. A segunda, uma auditoria profunda na Caixa Econômica Federal do Paraná, especialmente, claro, no período Collor, quando nós tivemos no Paraná a ocorrência dos super-faturamentos, e claro, a divulgação do resultado e a punição dos culpados; porque Deputado Trentini, tem muito político sem-vergonha que anda por aí até hoje impunemente, que meteu a mão no bolso do povo e anda aí como estadista por aí, em jatinho, como se o que estivesse ocorrendo não fosse com ele. Por isso, temos que ir a fundo nessas investigações aqui. E claro, o terceiro ponto que é da maior importância, que é a redução do valor das prestações das obras super-faturadas. Levar essas prestações a um patamar de no máximo 20% do valor do salário mínimo. Por que nós temos que dar garantia a essas famílias de poderem pagar a prestação da sua casa própria. Um dos pontos que também foi tirado e que achamos da maior importância foi a discussão que nós travamos sobre a atual política habitacional do Governo Estadual. Esteve aqui o Secretário Rafael Delí expôs as suas metas de trabalho, os seus objetivos. E um deles Deputado Alborghetti nós temos que verificar o seguinte: eu, semana passada, vim a esta Tribuna e questioneei os valores que estavam sendo gastos entre a execução da vila rural em Apucarana e o que estava sendo gasto na sua divulgação. E a minha preocupação ficou maior ainda porque eu havia feito alguns cálculos sobre os custos da vila rural, dos recursos que são necessários para

investir nesse programa, que é um programa da maior importância para o nosso Estado, e o Secretário Rafael Deli confirmou esses números, que me deixou muito preocupado. Deputado Zé Maria, o Governo Estadual quer fazer 60 mil unidades no programa da vila rural. Agora, é indispensável que o Governo vá buscar recursos, ele não conseguirá fazer essas moradias, esse programa com essa situação, porque ele tem três alternativas, o primeiro dele claro, é o recurso do Tesouro. E nós aqui nesta Casa lemos o Diário Oficial, sabemos qual é a receita que tem o Estado do Paraná e sabemos que é muito pequeno na verdade o que sobra para ser investido. Tem os recursos do FGTS da Caixa Econômica Federal, são insuficientes, e claro, resta alternativas dos financiamentos externos.

O SR. EDUARDO TREVISAN - Parabéns, não vim ao encontro que Vossa Excelência promoveu por uma questão pessoal, tinha outros compromissos anteriormente assumidos. Mas quero parabenizá-lo, parabenizar a todos os participantes que vieram aqui a nossa Capital discutir um tema tão importante que é a habitação popular. Tenho uma visão muito clara a este respeito, já fui Prefeito, sei do problema e tenho batido numa tecla, que não sei se V.Exa. concorda, de que nós devemos diversificar os programas habitacionais que os poderes públicos, tanto federal como estadual e municipal oferecem a comunidade, e basear todo este programa no programa de loteamentos populares.

Tive uma experiência pessoal, na Prefeitura de Cornélio Procopio, e hoje existem mais de 1500 famílias, morando nos lotes que a Prefeitura entregou a custo extremamente baixo, numa parceria entre Poder Público, empresas e trabalhadores. A prefeitura dava o terreno totalmente urbanizado, o CREA dava a planta de graça, através do programa Casa Fácil, e as empresas financiavam o tijolo e um pouco do cimento e descontavam do salário dos trabalhadores. E eles numa parceria com a família, com amigos, construíram as casas rapidamente, e em 2 ou 3 anos eles tinham as suas casas, não deviam nada a ninguém, não estavam vinculados ao sistema financeiro de habitação, por 25 anos. E realizavam aquele que considero um dos dois grandes sonhos que tem todo ser humano, que é o emprego e a casa própria.

Quero fazer esta colocação e acima de tudo parabenizar V.Exa. que mais uma vez através desse encontro demonstra o seu brilhantismo, a sua competência, e lamentar o fato de não ter podido estar presente, por uma razão pessoal, tinha um compromisso sério, anteriormente assumido.

O SR. ROMANELLI - Muito bem Deputado. Conheço seu trabalho, sei o que o Sr. fez quando Prefeito de Cornélio Procopio, o seu programa de lote urbanizado foi um sucesso, o Senhor foi um Prefeito que esteve preocupado e vinculado com esta questão da moradia.

Sobre a questão da Vila Rural ainda queria dizer o seguinte, que a preocupação do financiamento é muito grande, o Governo do Estado precisa de 460 milhões de reais, para fazer as 60.000 moradias, e se nós considerarmos que são 450.000 famílias de bôias-frias que temos no Paraná, com este programa vamos atender 15% da demanda que temos nessa faixa.

Agora, aonde é que vamos arrumar 460 milhões de reais? Confesso que tenho ficado muito preocupado em ver daonde pode sair este recurso.

Concedo o aparte ao Deputado Toti Colaço.

O Sr. Toti Colaço - Deputado Romanelli, sou solidário ao vosso pronunciamento, também quero cumprimentá-lo pelo Fórum realizado, recentemente, aqui na Casa, onde V.Exa. foi o grande organizador. Não foi possível estar presente, mas a sua experiência, no que diz respeito à construção da casa própria é muito importante para este Parlamento e para o Paraná.

Eu me preocupo também, a exemplo de V.Exa., por que nós temos duas vertentes de problemas aí. As Vilas Rurais eu já enviei Expediente cumprimentando, porque é um projeto diferente, é um projeto a parte que poderá resolver parte, muito pequena, dos problemas nossos, na área rural. Nós temos o problema do pequeno agricultor, que tem lá seus 2, 3 alqueires de terra e não tem como construir a sua casa própria. Ele precisa de água e da luz, na maioria delas a luz até ele já tem. O que precisa ser implantado, no Estado do Paraná, é uma linha de financiamento, a exemplo das Casas da Família, conforme V.Exa. muito bem conduziu durante todo tempo, para que o pequeno agricultor possa financiar a sua casa, pagando o equivalente em produto, especificamente em cada região.

A outra grande preocupação é que não estou vendo hoje uma preocupação com as casas populares da periferia das nossas cidades.

Não está completo o programa de habitação popular, ao redor de nossas cidades. Eu tomo por base Irati, aonde nós construímos centenas de moradias lá, começamos há 10 anos atrás. E agora, há 2 anos, praticamente parou, nem sequer concluíram uns projetos que estavam pendentes há dois ou três anos atrás. A procura é muito grande dentro de Irati hoje, das famílias que estão sem casas, já se formando

núcleos de favelas, coisa que não tinha antigamente. Se o governo do Estado e o governo Federal principalmente, não segurar o pequeno lá no interior, fornecendo a ele, luz, água e casa, o direito à sua propriedade, automaticamente o problema na cidade vai se agravar cada vez mais. Quero deixar registrada esta minha preocupação mais uma vez e cumprimentar V.Exa. por levantar nesse parlamento, um dos mais graves problemas que o nosso país enfrenta, mas ao mesmo tempo, para quem constrói uma casa ou dez, mil ou dez mil, um dos mais gratos exemplos, uma das maiores satisfações que um Executivo possa ter, é colocar uma família debaixo de um teto, onde os pais, as mães e os filhos poderão dizer, como eu tenho dito por aí, aqui é a nossa casa e daqui ninguém nos tira.

Este é o exemplo que V.Exa. tem de sobra, como nós ex-prefeitos também temos, aqueles que passaram por uma administração municipal e V.Exa., como ex-secretário, tem isso na sua lembrança, no seu coração, que foram milhares de famílias que muitas vezes aos prantos, ao receber as chaves de sua casa, choravam, rendiam graças a Deus e agradeciam a todos os que participaram, de uma forma direta ou indiretamente.

A gratificação, o momento de entregar uma chave para uma casa, seja o governo do PDT, do PT, do PMDB, do partido que for nesse país, somente uma graça de Deus para recompensar a alegria que aquelas famílias sentem.

Desta feita, mais uma vez, meus cumprimentos pelo assunto e conte com o nosso apoio aqui nesta Casa com relação à moradia popular.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Agradeço o aparte V.Exa. como prefeito e como Deputado que, aliás, foi um dos poucos Deputados que legislou sobre a questão da moradia, inclusive é projeto de sua autoria o projeto de autoconstrução que o governo do Estado hoje desenvolve, em cima de uma lei que V.Exa. fez e que o governador Requião sancionou. Por isso é que eu creio que essa questão de moradia que é uma questão que fica permeando todos os dias da nossa vida, a nossa consciência. Cada um de nós se lembra do dia tão feliz em que pudemos comprar a nossa casa própria mas e essas mais de 500 mil famílias paranaenses que não têm uma casa própria para poder abrigar a sua família? Ora Senhor Presidente, nós temos uma tarefa dura. Vamos discutir o nosso orçamento e os programas de habitação que o governo estadual vai fazer. São programas sérios que devem ser aplicados. Confio na boa fé do secretário. Peço a Deus que o ilumine para que ele possa trilhar o bom caminho da habitação sem empreiteiras, sem maracutaías.

Programas de autoconstrução são bons programas. O programa da Vila Rural é um bom programa. Ele garantiu aqui nesta Casa, no Fórum a continuidade do programa Casa da Família. Inclusive deixou claro que o prefeito que quiser fazer o programa Casa da Família o governo do Estado vai continuar fazendo o programa. Por isso é que eu tenho a certeza que se Deus quiser, as coisas podem ir bem, mas sem dinheiro, sem mostrar daonde vai sair o recurso, a coisa fica muito na pirotecnia. É por isso que se tem que ter muito claro qual é o rumo que se vai ter nesta questão da habitação e esta Casa aqui deve dar este rumo, este norte para cada um, que vamos ao interior do Paraná, principalmente onde os problemas são mais graves, nós possamos dar uma satisfação à nossa população e ao mesmo tempo, estarmos solidários com esse movimento que luta para reduzir o valor das prestações, porque afinal de contas, o que uma família precisa para ser feliz é muito pouco: é ter um emprego e uma casa para morar. As outras coisas que são importantes elas acontecem, elas vão de encontro quando a família, quando o chefe de família ele tem condições de amparar os seus filhos que é o lugar para regressar após uma jornada de trabalho. O Paraná só será mais justo quando tivermos reduzido, de forma significativa, esse cruel déficit habitacional. É por isso que esta Casa tem que estar vigilante e atuante para que nós possamos fazer a nossa parte e atender as famílias mais pobres do nosso Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Martins) - Horário das Lideranças: PSC, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. O que nos traz, hoje, a esta tribuna, é um pedido que viemos formular em nome da corporação militar do Estado do Paraná, a nossa valorosa Polícia Militar, que vem recebendo tão mal e trabalha tanto.

"A Polícia Militar do Paraná encontra-se atualmente com um claro em seu efetivo, de cerca de três (3.000) mil homens. A defasagem aumenta gradativamente com a perda de dois (02) homens, em média, diariamente.

Devido a grande demanda de pedidos de apoio, por parte da população, se faz necessário, com urgência, o reacomplimento do efetivo da PM. Para isso o Senhor Governador JAIME LERNER, já autorizou a inclusão de 1.600 (um mil e seiscentos) homens em uma primeira etapa. Porém, de nada adiantará iniciar a divulgação de concurso público para recrutamento, se o Estado não possuir propostas convincentes aos jovens

candidatos.

A Capital do Estado e algumas sedes de Batalhões, por diversas vezes tentaram completar seus quadros e não conseguiram, devido à falta de candidatos.

A exigência de 2º Grau para o candidato, com objetivo de selecionar os melhores indivíduos que irão atender a população, diminuí o número de interessados, pois os jovens com esse nível de estudo, normalmente se encaminham para profissões mais rendosas.

Faz-se portanto, necessário elevar os salários dos Policiais Militares, com o objetivo então mencionado e também pelo fato de existir uma defasagem acentuada dos salários pagos aos Policiais Militares, em relação à co-irmã, Polícia Civil.

A Polícia Militar do Paraná, está diuturnamente às ruas. Enquanto o cidadão comum descansa à noite, o Policial Militar cuida da sua segurança. A PMPR não depende portanto de uma lei, para comprovar que presta serviço em tempo integral aos cidadãos paranaenses; basta andarmos pelas ruas das cidades, pelas manhãs, tardes e noites e verificar os policiais militares cumprindo seus turnos de serviços.

Sabemos da intenção do Senhor Governador do Estado em equiparar os salários da Polícia Militar, aos da Polícia Civil, no final do mês de julho. Porém, esse prazo é muito longo, a defasagem vem de longo tempo e a necessidade é emergente; a equiparação deve ser, portanto, retroativa ao mês de maio.

O que nós queremos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é dizer que a Polícia Civil não é que não mereça ganhar bem. Merece. Agora existe uma diferença tão grande da Polícia Militar para a Polícia Civil que as vezes a gente não entende o porquê de tamanha diferença. O policial militar para o Senhor ter uma idéia hoje, um Coronel ganha aproximadamente 2.300, um Coronel da Polícia Militar e as vezes tem mais de 30 anos de trabalho. Um delegado de primeira classe ganha mais ou menos 4.500. Isto quer dizer que existe uma grande defasagem entre a Polícia Civil e a Polícia Militar. E nós queremos com este pensamento nosso, nós queremos com este apelo hoje, conscientizar a área de segurança e o Governo do Estado para que medidas sejam tomadas urgentemente para que a nossa valorosa corporação militar do Estado do Paraná que está nas ruas, que está em todos os locais, receba muito mais, porque a gente vê policiais militares passando dificuldades, se vê soldados corajosos como nós recentemente os homenageamos aqui pela ação em Marechal Cândido Rondon ganhando muito pouco, ganhando pouco e trabalhando muito.

O Sr. Ricardo Chab - Permite um aparte,

Deputado? (Assentimento) - V.Exa. toca num assunto, Deputado que eu acho de extrema importância a questão do soldo do salário do soldado da Polícia Militar, enfim, dos policiais militares. Mas eu quero salientar aqui, Deputado, inclusive como colocou o Deputado Jocelito, a Secretaria da Segurança Pública abre um concurso para tentar contratar 1600 homens na Polícia Militar. E curiosamente hoje pela manhã vendo o edital da Polícia Militar nós vemos as exigências, ou seja, o que o cidadão precisa ser para poder ingressar na Polícia Militar. Pois bem, lá fica claro o seguinte: é necessário ter entre 18 e 35 anos, ter o segundo grau completo, ter mais de um metro e sessenta e sete de altura, e isto tudo, Deputado Jocelito, vai fazer com que nós não tenhamos preenchidas essas 1600 vagas na Polícia Militar. Porque veja bem, se pede muito para aquele que vai fazer o concurso na Polícia Militar, porém em contrapartida não se dá a ele o salário devido. Hoje um soldado da Polícia Militar ao ingressar na PM tem um salário bruto de 320 reais. Isto cai, vai para quase 220 ou 225 líquido, o que ele coloca no bolso, durante o período em que ele está na academia, durante o período em que ele recebe a instrução.

Então, vejamos bem, a polícia abre 1600 vagas ou concurso para contratar 1600 homens e nós sabemos que não há atrativo para que se preencha essas 1600 vagas porque o fato de se pedir o segundo grau, o fato de se querer ter o que o PM tem de 18 a 35 anos, não se consegue achar isto enfim, na sociedade.

Quero só salientar também, Deputado Jocelito, que hoje nós temos cabos da Polícia Militar com doze, quinze anos de serviço na corporação militar e que lastimavelmente, lamentavelmente não ganham 500 reais por mês e que na verdade estão morando hoje em favelas.

Então esta é a triste realidade da Polícia Militar. E o Deputado Jocelito fez referência ao aumento repassado recentemente para a Polícia Civil. Quero dizer ao Senhor, Deputado Jocelito, que também os policiais civis, em que pese terem tido este aumento repassado na forma do TIDE, do tempo integral, da dedicação exclusiva, esse aumento na verdade não corresponde a 100%. Esperavam os policiais civis uma reposição de 100% no total das vantagens e veio 100% apenas no salário líquido, o que não corresponde ao aumento real de 30%. Então há também um descontentamento entre os policiais civis que estão dando inclusive um crédito ao Secretário da Segurança Pública e ao Governador Jaime Lerner.

Então, Deputado Jocelito a situação da

Polícia Militar é muito pior do que pode pensar e o Deputado Jocelito aqui nesta tarde aqui na Assembleia, a situação é de lástima, é de penúria. É preciso urgente para que a Segurança Pública de Governo de um Estado reponha o salário do policial militar. O que nós estamos vendo, é como o senhor mesmo coloca, uma debandada geral da Polícia Militar, sai em média dois homens por dia das fileiras da Polícia Militar. Outro dia levantado aqui inclusive na Assembleia Legislativa, quero deixar uma pergunta no ar: quanto o Estado gasta Deputado Jocelito para formar um soldado da Polícia Militar? Quanto gasta o Estado para se fazer um cabo, para se fazer um sargento, para se fazer um soldado? O Estado gasta muito, e no entanto esse dinheiro que é gasto ele depois acaba sendo gasto inutilmente porque o soldado da Polícia Militar, o cabo, o sargento, saem da Polícia Militar e vão trabalhar como vigilante, porque o vigilante bancário ganha hoje quase mil reais que é o que ganha um Tenente da Polícia Militar com curso superior. Então, existe uma desigualdade muito grande. É preciso Deputado Jocelito sensibilizar a Secretaria na pessoa do Secretário, é preciso sensibilizar o Governador do Estado, Jaime Lerner, para que veja com muita atenção o salário dos policiais militares. Obrigado.

O Sr. Algaci Túlio - Nós entendemos perfeitamente a situação hoje tanto da Polícia Militar como da Polícia Civil, no entanto esse Governo que assumiu agora assumiu também compromissos, e está saldando na medida do possível. O que é bom deixar bem claro que o que não foi feito em 8 anos não pode ser feito em 5 meses, porque agora é muito fácil exigir, dizer que tem que sensibilizar o Governador. O Governador está super sensibilizado, tanto que já geu como recuperação aos policiais civis o TIDE que até então os policiais civis vinham ganhando conforme cada um entrava na justiça. Nós não, estamos reconhecendo o direito do policial civil e o Governo do Estado está pagando mensalmente cada categoria. Da mesma forma vai atingir também a Polícia Militar. Sabemos que o salário é baixo, estamos trabalhando no sentido de melhorar a situação tanto da Polícia Militar como da Polícia Civil. Agora, é uma questão de tempo, não se pode corrigir uma situação de defasagem salarial, não só da polícia, mas de todo o servidor do Estado do Paraná que teve o seu salário achatado durante os oito anos de Governo que passaram, e agora evidentemente em cinco meses não podemos recuperar. Mas o Governo está sensibilizado e vai atender dentro da medida do possível.

O SR. JOCELITO CANTO - Muito obrigado Deputado Algaci Túlio e é o que acreditamos. Acreditamos que o Governo do Estado realmente irá fazer aquilo que tem que ser feito, ou seja, a justiça para os policiais militares, porque recentemente como disse anteriormente nesta Casa nós homenageamos aqui a valorosa ação dos policiais também militares incluídos naquela ação em Marechal Rondon, os aplaudimos, demos a eles um diploma cumprimentando-os pela valorosa ação e pela coragem. Mas agora está na hora de darmos além deste diploma a eles, dar a eles um melhor salário, para que eles possam com decência continuar vivendo a sua vida e possam com o salário sustentar os seus filhos e os seus familiares. Então, acho que neste momento é muito importante que nós, os Deputados Estaduais, independente de Partido Político, se manifeste quanto a esse aumento que deve ter a Polícia Militar, que ela seja equiparada à Polícia Civil, porque a Polícia Militar sem a Civil não existe e vice-versa. Um precisa do outro para que as boas ações aconteçam no Estado do Paraná. E é por isso que nesta tarde nos definimos por esse pronunciamento, em nome da área militar do Estado do Paraná; em nome daqueles que já deram grande parte da sua vida, arriscando a sua vida para prestar segurança a nossa família, ao povo do Paraná. É hora de agora retribuímos e tentarmos equiparar o salário da Polícia Militar a Polícia Civil. E outro detalhe, é importante dizer que os requisitos que se obriga, faz com que o Governo não consiga colocar lá os homens que estão faltando, é muita exigência, 2º grau, quando às vezes um homem de 1º grau é muito mais forte e mais competente do que aquele que tem 2º grau.

Por isso acho que esta lei de contratação e de entrada de policiais militares deveria ser revista, para que mais cidadãos do Paraná, mais pessoas que amem a profissão de militar, possam ingressar, apesar de ter apenas o 1º grau.

Concedo o aparte ao Deputado Plauto Miró.

O Sr. Plauto Miró - Escuto o seu pronunciamento, nobre Deputado Jocelito Canto, e venho me somar a ele.

Sabemos que a deficiência de salários da Polícia Militar, da Polícia Civil, e não somente deles de todo funcionalismo público paranaense é muito grande. Vemos nos últimos governos, os salários dos funcionários das Polícias Civil e Militar, vêm defasando e os Governos anteriores não vieram a solucionar estes problemas. E hoje nós sabemos que a defasagem, que as perdas são grandes, e o governo Jaime Lerner, que aí está, sabemos que vai ver com

bons olhos, vai ver, dentro do possível, dentro da arrecadação, o que ele pode fazer para ajudar estas classes de funcionários públicos, da Polícia Militar e Civil, para que venham a recuperar as perdas dos últimos anos que sabemos é muito grande. Também quero citar aqui os professores que têm problemas salariais muito sérios, queira ou não a inflação no País está crescendo, a cesta básica não tem subido, mas os demais produtos, serviços, têm subido.

Então somo-me ao seu pronunciamento e tenho certeza que o Governo Lerner vai vir de encontro com estas reclamações, com estes pedidos, com estas deficiências, de muito tempo, que os últimos Governos deixaram, para que ele resolva.

Mas não vai ser nos primeiros 4, 5 ou 6 meses do seu Mandato que ele vai resolver, mas sim no decorrer do seu Mandato eu tenho certeza que a situação dessas classes vai ser melhorada.

O SR. JOCELITO CANTO - Muito obrigado, Deputado Plauto. E para encerrar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, claro que nós acreditamos no Governo Jaime Lerner, claro que nós acreditamos que ele vai fazer esta reavaliação, mas o que precisamos é que imediatamente se dê esta reavaliação, este pedido dos militares, porque na esquina, no bairro, na vila, no centro da cidade, nas promoções sociais, nos encontros desportivos, lá está sempre a presença marcante da Polícia Militar, que deve ser valorizada, que deve ser equiparada a Polícia Civil e que os quesitos, os requisitos para se ingressar na PM devam ser mudados.

É este pedido que eu gostaria de deixar registrado, nesta tarde, aqui na Assembleia Legislativa do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - É com satisfação que anunciamos a presença, nesta Casa do ex-Deputado Antônio Costenaro Neto, nosso ex-colega e Deputado vitalício deste Poder.

Também anunciamos a presença do ex-Prefeito de Maringá, Ricardo Barros, junto a lideranças de Maringá.

Também aqui se encontra o radialista Marcelo, visitando este Poder e aos Senhores Deputados de Ponta Grossa.

Concedo a palavra ao Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Ocupando o espaço do nosso partido para relatar o acontecido no último dia 7. Nós, por inúmeras vezes, ocupamos essa tribuna para fazermos algumas colocações no que diz respeito à segu-

rança pública do nosso Estado e mais especificamente, à nossa região.

Em 1.990, quando nos elegemos pela 1ª vez Deputado Estadual, e uma das primeiras bandeiras que defendemos, foi a questão da segurança pública, principalmente da nossa região, ou seja, do extremo oeste do Paraná, mais precisamente, com os municípios lindeiros ao Lago Itaipu.

Já falamos que com a formação do Lago de Itaipu facilitou e muito, a ação da marginalidade, a ação dos bandidos e dos ladrões que roubam os nossos objetos, maquinário agrícola e viaturas e com a maior facilidade os levam para o Paraguai.

Infelizmente no governo passado, não tivemos um tratamento diferenciado na questão da segurança pública para a nossa região, porque são constantes os assaltos aos nossos agricultores e, quando o Governador Jaime Lerner assumiu o governo, nós o procuramos imediatamente e mesmo antes, na época da campanha e mesmo antes ainda do nosso partido, o PFL, fazer as ligações com o Jaime Lerner, PDT, PTB e PSDB, foi a preocupação que levamos da nossa região.

Nós falamos para o Jaime Lerner, a nossa região tem que receber um tratamento diferenciado na questão da segurança e felizmente, 5 meses depois que Jaime Lerner assumiu o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, Cândido Martins de Oliveira, o nosso popular Candinho, instalaram no último dia 7, na cidade de Marechal Cândido Rondon e esse trabalho não é só para o nosso município, mas para toda a região, a Patrulha Rural.

A Patrulha Rural é formada por viaturas especiais, caminhonetes, Toyotas com tração nas 4 rodas, com pessoas preparadas, com armamento adequado e justo também, para combater essa criminalidade. São constantes, foram constantes e continuam sendo os assaltos aos agricultores.

Só para que os Senhores Deputados tenham uma idéia, no dia 7, por volta do meio-dia, quando o Governador oficialmente instala a patrulha rural no oeste do nosso Estado, no mesmo dia, na mesma noite, por volta das 20 horas, os marginais atuaram e agiram no Município de Mercedes. Prenderam toda a família do Senhor Weber, roubaram uma caminhonete F-100 e um trator no dia da instalação da patrulha rural, como se fosse para dizer: "Nós desafiamos vocês!" Então a situação é muito delicada e é difícil. No dia seguinte, dia 8, quinta-feira, os marginais agiram de novo, dessa vez, no Município de Guaíra, mas felizmente a patrulha rural já fez o seu primeiro serviço: interceptaram, mas os marginais fugiram. Então nessa hora, nós só gostaríamos de deixar registrado o nosso agradecimento ao Governador do Estado do Para-

nã Jaime Lerner, à Secretaria da Segurança Pública Dr. Cândido, por essa primeira medida que eles têm tomado em favor da segurança para a nossa região, principalmente para o nosso agricultor. Esse é o primeiro passo. Não podemos parar aqui. E o Governador está consciente disso. O segundo passo terá que ser a instalação do Batalhão da Fronteira.

Sabemos que o Governo do Estado está mantendo entendimentos com a Marinha para que a criminalidade seja também combatida na água e também por ar. Porque os caras são violentos.

Mas o Governo do Estado, como já disse, está tomando as primeiras medidas. E nós como Deputados desta região: nós que lutamos, nós que brigamos - em conjunto com tantos outros Deputados mais, teremos que fazer esse registro. Agradecer ao Governador do Estado e esperar que esse trabalho não pare por aqui. Que nós continuemos, que o Governo do Estado continue a investir na segurança pública. Porque nós já paramos por muitas vezes, diante da situação econômica, cada cidadão consegue se virar de uma ou de outra forma.

Mas quando você não tem mais segurança na sua casa, na sua propriedade é o caos. Infelizmente a nossa região e os nossos agricultores estão vivendo esses momentos. Mas, por outro lado, felizmente, o Governador Jaime Lerner está dando esta atenção para este segmento e para a segurança do nosso agricultor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra no Horário da Liderança do PP, Deputado Edson da Silva Lino.

O SR. EDSON DA SILVA LINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A nossa obrigação como Parlamentar, além de outras atribuições, temos - também, obrigação de dar sugestão ao Governo para que ele caminhe no caminho certo em prol da comunidade ou da sociedade que nos elegeu. E o que me traz, hoje, à tribuna, julgo de relevante importância para o Paraná. Se refere a esta cartilha: Os Caminhos da Educação. Por sinal um trabalho muito bonito e um trabalho que o Governo Jaime Lerner se propõe a realizar no Paraná, com o título: Estradas Rurais, Caminhos para a Educação.

Acho que é nobre e salutar levar estradas asfaltadas à zona rural ligando os distritos, antes de tudo, ligando, ainda, inúmeros municípios que temos no Paraná que ainda não temos o benefício da pavimentação asfáltica. Mas acredito, sem nenhuma crítica ao Governo, como disse estou aqui para dar sugestão. Não vai bem, aqui, o Caminho da Educação. Porque vejam

os Senhores, por mais que o Governo tivesse boa vontade em fazer e fizesse 4 mil km de pavimentação asfáltica na zona rural, ele ainda não atingiria os objetivos de Caminhos da Educação. Porque só conseguiria fazer, no máximo em 10 ou 12 km em cada município.

E dou como exemplo o Município de Cândido de Abreu, com 12 km de pavimentação asfáltica jamais iria concretizar a ideia do Governador Jaime Lerner de fazer com que fosse, realmente, o Caminho da Educação. Isto porque as comunidades não são em linha; se elas fossem em linha, numa dimensão de 30, 40, 50 ou 100 km que é o caso de Teresa Cristina que quase dista isso, do Município de Cândido de Abreu, seria fácil fazer uma estrada e por ali passava o ônibus e poderia dar, com certeza, Deputado Caíto Quintana, o nome de Caminhos da Educação porque passava, por ali, toda a comunidade morando nessas localidades, mas não é assim. Nós temos localidades espalhadas pelos quatro cantos do município e poderia dar a um município menor que é o município de Morada da Serra que também com 12 quilômetros de pavimentação asfáltica não poderia ser chamado de Caminho da Educação porque não conseguiria, em hipótese alguma, integrar toda a clientela estudantil a estrada para ser levado a escola.

Portanto, acho correto e coerente o pensamento do Governador em levar esta estrada para ligar os Distritos. Por exemplo, no município em que represento, sou um dos representantes, aliás não diria representante do Prefeito local, mas fui o mais votado com uma soma esmagadora de votos, ligando Grandes Rios a Lagoa Seca que o Pessuti muito bem conhece e o Deputado Milton Puppio também muito bem conhece.

É óbvio e seria ótimo que fizesse isto porque é uma ligação de uma localidade, de um Distrito ligando a sede do município, ligando Rosário a Capineiro do Sul, Água Amarela e Boa Vista da Santa Cruz que fica em linha, que o Deputado Milton Puppio também muito bem conhece, também seria ótimo e nós acreditamos que este programa, com este pensamento de estradas rurais, ligando os Distritos que são desprovidos de tal benefício que é a pavimentação asfáltica, mesmo que estreito como este, é viável e é ótimo para a nossa região, para o Estado do Paraná.

Mas com este pensamento de Caminhos da Educação sugeri ao Governador do Estado que fizesse diferente. Com o recurso que se vai gastar para fazer 12 quilômetros de estradas pavimentadas, com isto não quero dizer que ele não deva fazer, acho que ele deve fazer sim ligando os Distritos como disse, as comunidades como disse anteriormente, mas paralelo a isto o Governador

deveria fazer que com o dinheiro gasto em 12 quilômetros que chega a casa de 600 mil reais, daria para colocar uma patrulha mecanizada em cada município, composta de uma patrula, de um rolo compactador, de um trator de esteira, composto de uma pá carregadeira e também de quatro caminhões basculante novos.

Com isto o Prefeito iria ter realmente uma patrulha mecanizada com condições de fazer os caminhos da educação, Toti Colaço, porque daí ele poderia cascalhar as estradas vicinais que dão acesso às escolas de primeiro e segundo grau que lá na zona rural não tem.

Portanto, sugiro ao Governador Jaime Lerner de que pense nisto porque é um dinheiro que ele vai gastar e vai beneficiar a toda uma comunidade. Digo isto com muita propriedade porque já fui Prefeito e quando Prefeito pude cascalhar no meu município que era um dos maiores do Paraná, que era Grandes Rios e na época Rosário do Ivaí também pertencia a Grandes Rios. Eram 42 mil alqueires de terra, portanto, tinha mais de 3 mil quilômetros de estradas e ali pudemos cascalhar as estradas principais e o nobre Deputado Milton Puppio que também representa aquela região, passa por aquelas estradas constantemente e pode ali ver o trabalho que foi feito na nossa administração.

Portanto, acredito que se o Governo voltasse os olhos para patrulhas mecanizadas, com certeza, nobre Deputado Zuk, iria resolver de vez os problemas não só dos caminhos da educação, mas também da agricultura na escoação das nossas safras.

O Sr. José Maria Ferreira - Permite um aparte, Deputado?
(Assentimento)

Agradeço o aparte, Deputado Edison Silva Lino, e V. Exa. traz a esta Casa um questionamento de extrema importância. Primeiro pela questão da educação. Segundo, Lino, pense que vai levar a educação do Paraná a novos caminhos construindo doze quilômetros de estradas, a nossa educação terá dias muito tristes porque não é construindo doze quilômetros de estradas em cada município é que ele fará os caminhos da educação, mas sim investindo, pagando melhor os professores, dando melhor condição de treinamento, melhor condição de material didático, permitindo que efetivamente possamos caminhar por novos caminhos e que os caminhos não sejam os antigos, já trilhados e alguns casos precisando serem refeitos. Mas, por outro lado, V. Exa. com a experiência de Prefeito, Prefeito que militou a ala base, conhece o nosso interior, conhece as dificuldades de como retirar uma safra agrícola, sabe o valor do encasalhamento de uma estrada,

sugere ao Governo um caminho diferente, o caminho da ajuda, da reestruturação do parque rodoviário dos nossos Municípios, e que mostra aqui com tranqüilidade, com sabedoria, que não é o caminho de doze quilômetros por Município, mas sim é um conjunto de equipamentos que possa permitir ao Município realizar o seu trabalho em parceria com o Governo do Estado. Está de parabéns o Deputado Edson Lino, vindo de uma região eminentemente agrícola, inclusive de receita dos seus Municípios, soube muito bem aqui interpretar esse sentimento e a necessidade dos seus Municípios. Esperamos que o Líder do Governo, que as Bancadas Governistas possam levar até o Governo a sua proposta, que dessa forma estaremos com certeza ajudando os municípios do Paraná, permitindo ao nosso homem do interior educar os seus filhos, não com doze quilômetros de marketing, mas sim, com um trabalho efetivo que possa apoiar a produção, a escola, possa apoiar quem efetivamente vá realizar o desenvolvimento do interior do Estado.

Muito obrigado.

O SR. EDSON SILVA LINO - Muito obrigado, Deputado Zé Maria, antes de passar o aparte ao Deputado Caíto, gostaria de fazer uma colocação, quando fiz a colocação de doze quilômetros levei em consideração que se você fizer uma divisão, até com os novos municípios que estão sendo criados, e se o Governo não for imparcial, daria mais ou menos essa média, não quer dizer que o Governo disse que vai fazer doze quilômetros, fui eu que criei essa média em cima de uma provável imparcialidade do Governador. Mas se for imparcial não conseguirá fazer isso.

Aparte ao Deputado Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti - Deputado Edson Silva Lino, V. Exa. traz à Assembléia hoje a discussão desse Programa do Governo Jaime Lerner de rodovias pavimentadas dentro do Programa "Caminhos da Educação". É um Programa, diria, bastante polêmico, polêmico porque nós, os paranaenses e brasileiros, não estamos acostumados com a idéia de ter uma estrada pavimentada com apenas 3,6 metros, ou seja, dando passagem a apenas um veículo de cada vez. Estamos acostumados, inclusive na maioria das rodovias não pavimentadas quando se faz um trabalho de melhoria e dar a essa rodovia condição de tráfego para dois veículos ao mesmo tempo. E V. Exa. ao trazer a discussão desse assunto tem toda a credibilidade nossa e desse Parlamento porque foi Vereador, Prefeito Municipal.

Lembro-me que no ano de 1983 quando V. Exa. assumiu a Prefeitura de Grandes Rios, à época junto ao Município de Rosário do

Ivaí, naquela época por muitas vezes estive em seu Município como Deputado que atendi aquele Município e numa das vezes lembro-me que fui encontrá-lo num atoleiro junto com seus funcionários, com a picareta e com a mão até sangrando, porque não estava evidentemente habituado ao trabalho com a picareta para resolver o problema de tráfego numa estrada que justamente era um caminho da educação. E lembro-me naquele tempo que uma das coisas que mais V. Exa. reivindicava, e os Prefeitos, era a presença da Patrulha Rodoviária do DER que resolveria o problema do seu Município, que naquele momento V. Exa. precisava se utilizar de pá picareta para poder abrir uma estrada que um trator esteira, uma pá carregadeira poderia fazer.

Os caminhos da educação, a pavimentação asfáltica com 3,6 quilômetros é um assunto polêmico, e entendo que merecerá de nossa parte aqui na Assembléia uma avaliação mais aprofundada do próprio Governo porque nós, neste período em que estamos aqui na Assembléia aprendemos a trabalhar em favor de dois tipos de rodovias no meio rural, a rodovia readequada dentro do processo das micro-bacias e o calçamento com pedras irregulares que é uma rodovia de seis metros de largura, e que foi instituída, no Paraná, a bem da verdade, pelo Secretário Deni Schwartz, quando assumiu a Secretaria em 83.

Tenho percorrido muitos municípios do Paraná onde elas foram feitas, são de excelente qualidade, pode se desenvolver uma velocidade ao redor de 50, 60 quilômetros horários, sem problema. A rodovia tem largura suficiente para que esta velocidade seja desenvolvida, as curvas foram retiradas e entendo que este Programa sim, iniciado, à época pelo Deni Schwartz, poderia prosseguir, porque além de dar ao interior dos municípios uma estrada com largura ideal, uma estrada de manutenção fácil, entendo que além de tudo isso, ele tem uma qualidade fundamental, neste momento que vivemos no País, de falta de emprego, falta de salário à população, que é o aproveitamento da mão-de-obra naqueles períodos que nossos municípios, agrícolas que são, não podem oferecer a mão-de-obra ao nosso trabalhador.

Portanto acho válida a discussão que V. Exa. traz ao Plenário, acho válida esta idéia de ao invés de se fazer estes quilômetros de estrada, seja 10, 12 ou 15, este asfalto de 3,6 metros para a Educação, que se prossiga com o calçamento de pedra irregular, e que se dê a cada município os recursos para que cada um possa ter a sua patrulha rodoviária e dessa forma readequar não 12 quilômetros mas 50, 100, 200 quilômetros e assim termos caminhos para a educação, em todo o Paraná.

O SR. EDSON SILVA LINO - Obrigado, Deputado Pessuti, seu aparte só veio enriquecer o pronunciamento, quero deixar claro que não sou contrário, em hipótese alguma à construção dessa estrada, por ela ser estreita, acho que ela é saudável para ligação dos distritos e das localidades, só que é evidente que não vai resolver os problemas do "Caminho da Educação" então que o título seja outro, "Caminho da Educação" teria que readequar as estradas da zona rural e seria com patrulhas mecanizadas para dar condições. Porque de nada adianta ligar Água Amarela, Campineira do Sul, Rosário do Ivaí, mas o cidadão que mora lá na Água da Canoa, que dista 12 quilômetros desta linha que poderia passar a estrada rural, que pode ser estreita, não será beneficiado, de qualquer forma, então o título não pega.

Não estou aqui fazendo nenhuma crítica destrutiva ao Programa do Governador, nem ao plano dele, mas acho que tem que falar a verdade. Então se quer fazer alguma coisa para servir os caminhos da educação então que coloque da forma correta.

Concedo o aparte ao Deputado Toti Colaço.

O Sr. Toti Colaço - Deputado Edson Lino, meus cumprimentos pelo assunto que aborda, nesta tarde. E o que me chamou a atenção foi a análise técnica dos custos operacionais das estradas, e segundo a idéia que coloca, não fazendo uma crítica mas um comentário a respeito do novo programa do Governador Jaime Lerner e ao mesmo tempo coloca, como uma sugestão, da mais alta importância para os municípios do Paraná, que é esta permuta talvez até uma troca, 10, 12, 15 quilômetros de estrada por uma patrulha rodoviária.

O grande drama hoje são as rodovias vicinais, exatamente são as rodovias vicinais, são as estradas de roça, que castigam os municípios, as administrações, porque não podem adquirir exatamente o equipamento que V. Exa. acabou de citar.

Meus cumprimentos pelo assunto.

O Sr. Nelson Tureck - V. Exa. me concede um aparte?

Ouvindo as palavras do Edson Lino queria deixar registrado que quando os Programas são bons, devemos apoiar e apoiamos. Programa como por exemplo o que ouvimos outro dia, quando subiu à tribuna, o Líder Caíto Quintana, onde dizia referente às "pedras irregulares". Um grande projeto. Nota 10. Foi feito na minha região essas "pedras irregulares". Hoje vemos o Paraná, com um Programa de Governo para uma educação melhor, não são só esses 3,6 que é um grande projeto, um projeto exemplo de Brasil, mas apenas com esses 3,6 devemos lem-

brar o seguinte: cada distrito está doido para querer essa estrada e além disso, temos o Programa que é o "Paraná Rural" do Jaime Lerner, que já existia e está continuando. Temos a patrulha mecanizada do DER que está em cada município do Estado do Paraná, para fazer as estradas, assim como diz o Governo. Ele não quer ver uma criança fora da escola, não quer ver uma criança fora da sala de aula. Todas as crianças estudando, chova ou faça sol, caia canivete, mas o que está acontecendo? A criança está dentro da sala de aula. Não é só o 3,6 de estradas. É um grande projeto essa pavimentação, mas também é "pedras irregulares" que vão continuar...

O SR. EDSON SILVA LINO - Obrigado pelo aparte.

Para concluir, não disse que o Programa é ruim, apenas disse que se for para atender os caminhos da educação, como diz o título, não vai atender. Agora, não tenho dúvidas de que esse Programa para ligação de municípios e localidades é ótimo. Parabenizo e tiro o chapéu para o Governador Jaime Lerner, mas o título é um pouco arrojado, o título não condiz com a realidade. Não adianta aprovarmos e criarmos marketing em cima de uma coisa que não existe. É fazer buraco na água, é utopia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Trinta segundos ao Nelson Tureck para terminar o seu raciocínio.

O SR. NELSON TURECK - Para concluir: os programas do governo hoje, principalmente as estradas rurais, são fantásticas. Vemos um governo que está começando a sua administração, vemos não só o secretário da Agricultura, Hermas Brandão, como a Secretaria dos Transportes, através de Deni Schwatz, preocupadas com as estradas vicinais, ligando os distritos à sede do município.

Quero deixar registrado que me orgulho. Será exemplo de Brasil. Jamais visto em épocas e governos anteriores, o que vai ser o governo do Paraná, do Governo Jaime Lerner.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Anunciamos a presença do Deputado Abelardo Lupion, que nos honra com a sua presença.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - No momento em que Vossa Excelência anuncia a presença do ilustre Deputado Abelardo Lupion, não poderia furtar-me, neste momento, de render as minhas homenagens como coordenador do Bloco Agropecuário desta Casa, ao trabalho que o Deputado Abelardo Lupion vem desenvolvendo junto

com outros ilustres paranaenses e brasileiros, na Frente Ruralista do Congresso Nacional.

Tenho certeza e conhecimento do trabalho do Deputado Abelardo Lupion que resultou nesse acordo entre o Presidente da República, os Ministérios da área econômica, para que a agricultura brasileira possa ter mais um fôlego, possa ter um maior alento em seus problemas.

Já o fizemos através de moção nesta Casa e não poderia, neste momento, pessoalmente, nesta Sessão Plenária, render minhas homenagens ao Deputado Abelardo Lupion e aos demais companheiros do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Nos associamos neste reconhecimento, não só por este trabalho, mas pelo que tem feito pelo Paraná, os ilustres representantes nossos.

Com a palavra o Deputado Nereu Moura, no Horário da Liderança do PMDB.

O SR. NEREU MOURA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O assunto que abordo hoje, é, na verdade, de grande repercussão no Estado do Paraná e do Brasil. Nós que já, desta tribuna, em outras ocasiões, erguemos nossa voz para contestar decisões proferidas pelo Poder Judiciário do Paraná, em algumas ocasiões contrariados, porque entendíamos que o Poder Judiciário tinha errado.

Mas, hoje, venho a esta tribuna para elogiar e para incentivar a juíza, Diretora do Fórum da Cidade de Pato Branco, Dra. Astride Maranhão de Carvalho, pela decisão corajosa, elogiável, justa que aquela magistrada proferiu sobre o processo - onde o agricultor Roberto Salvatore, da Cidade de Verê, solicitava liminarmente que fosse sustado através do Banco do Brasil a cobrança do seu financiamento agrícola. A cobrança de implementos adquiridos através do FINAME rural. E entendendo a magistrada de que o pleito era, efetivamente justo, visto que a agricultura brasileira passa por um momento difícil, um momento de enormes dificuldades. Chegando a ser cruel e perversa a situação dos agricultores brasileiros. Especialmente do meu Estado do Paraná.

Venho, Senhor Presidente, a esta tribuna, para elogiar a posição firme, corajosa da Dra. Astride Maranhão de Carvalho - Diretora do Fórum de Pato Branco, por acolher aquela petição prorrogando as dívidas que iriam vencer do agricultor Roberto Salvatore, a fim de discutir o mérito, uma vez que, segundo o pleito do agricultor, a correção, a TR é, na verdade, injusta, porque o seu produto está congelado. De forma que as regras alteradas, na

verdade, causaram e ocasionaram um estrago, um rombo terrível à agricultura brasileira. Hoje colocada, exatamente, numa situação de perplexidade, numa situação de descapitalização total, à beira da insolvência, rondando a miséria absoluta.

Nós que somos do interior do Paraná e que aqui, nesta Casa, representamos um grito, um grito de alerta, um grito sofrendo, amargo, da classe produtora paranaense, da classe agrícola paranaense, nunca havíamos constatado antes, uma situação tão difícil, tão cruel como a que enfrentam hoje os produtores paranaenses.

Há dias atrás, aqui na frente deste Parlamento, na frente do Palácio Iguazu, aqui na Praça Nossa Senhora de Salette, os agricultores do Paraná inteiro acamparam, embaixo da lona plástica, sob as agruras do céu, da chuva, do orvalho e do sol, ali pleiteando e dizendo que é preciso que os Governos, tanto o estadual, quanto o federal, olhem para a agricultura, porque já não se aguenta mais viver na roça sem uma expectativa, sem um horizonte claro de uma sobrevivência digna e decente.

É preciso, Senhor Presidente, foi preciso que os nossos agricultores percorressem as estradas esburacadas do Paraná, largassem a enxada, a foice e uma junta veio para aqui na Capital do Paraná fazer um protesto pacífico, ordeiro, um protesto buscando uma qualidade de vida melhor.

Fazemos aqui estas observações para justificar e para incentivar que outros juizes, que outros magistrados por este Brasil enorme se posicionem da mesma forma, com o mesmo arrojo, com a mesma determinação que aquela magistrada lá do Sudoeste do Paraná, aquela decisão firme, olhando e convivendo dia-a-dia com as dificuldades do agricultor, soube avaliar sensível, soube escutar o grito que vem do campo, as dores que vêm da roça e ali na sua sentença sábia e inteligente deferiu liminarmente o pleito do agricultor, morador da Cidade de Verê, o Senhor Roberto Salvatore, que disse em entrevistas para órgãos de comunicação da região Sudoeste que a sua situação é pré-falimentar como é a situação da maioria absoluta dos agricultores brasileiros.

O Sr. Augustinho Zucchi - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Nereu Moura, quero, em consideração ao que Vossa Excelência coloca nesta Casa, somar-me a este reconhecimento que Vossa Excelência coloca com relação à decisão tomada pela Dra. Astride Maranhão, Diretora do Fórum de Pato Branco, nesta ação impetrada pelo meu amigo, Roberto Salvatore, da Cidade de Verê, e dizer da satisfação que temos, não pela decisão em

si, que representa na verdade um marco nessa situação em que vivem os agricultores, mas pela possibilidade que esta decisão proferida pela Dra. Astride representa, no sentido de que muitos produtores possam, seguindo o exemplo dessa decisão extraordinariamente justa e correta, reverterem as suas dívidas contraídas, como justificam os advogados do Senhor Roberto Salvatore, de quando a dívida foi contraída, a expectativa é de que a correção da dívida fosse exatamente proporcional à correção do preço mínimo, já que os dois eram indexados pela TR e posteriormente não foi.

Aliás, uma coisa que fica clara nesta questão é que mesmo que se fosse corrigido, os agricultores não tiveram a oportunidade de vender a sua safra pelo preço mínimo estabelecido pelo Governo Federal.

Então, esta decisão é extraordinariamente importante, e gostaria de solicitar, se possível, com a permissão de Vossa Excelência e o Presidente da Casa, que registrasse nos Anais da Assembléia Legislativa esta decisão e que enviássemos a Dra. Astride Maranhão, os votos de aplausos desta Assembléia Legislativa por esta decisão que deve balizar não só o Estado do Paraná, mas todos os agricultores que estão em situação difícil, que contraíram os seus financiamentos poderão ter nesta decisão uma luz da justiça brasileira que cumpre o seu papel como mediadora dos problemas que existem nas suas relações de trabalho e de capital.

É fundamental esta decisão, é extraordinariamente importante e tira de uma vez por todas das costas dos agricultores aquela dívida colocada nas suas contas gráficas que realmente não devem e não deverão pagar se a justiça corresponder com esta atitude séria da forma que o Governo Federal não fez.

É uma contraposição daquilo que foi feito com a dívida dos agricultores.

Parabéns por Vossa Excelência ter levantado esse assunto e parabéns, que fique registrado aqui a nossa congratulação, o nosso respeito e admiração a Dra. Maranhão, pessoa ilibada, de alto saber jurídico e notadamente de uma coragem extraordinária por tomar essa decisão inédita que deverá se transformar num marco para essa questão da agricultura de muita dificuldade que estamos passando hoje.

Muito obrigado.

O SR. NEREU MOURA - Agradeço o aparte do eminente Deputado Augustinho Zucchi, reconhecidamente um Deputado trabalhador, que honra a região sudoeste aqui neste Parlamento, e que tem de forma muito clara se posicionado aqui neste Parlamento em favor dos anseios da agricultura paranaense.

se é brasileira. Exatamente por isso, Deputado, agradeço a sua participação, Vossa Excelência que representa aqui o Município de Verê, um município lá do Sudoeste do Paraná.

Gostaria, Senhor Presidente, para concluir, dizer que a dívida do Senhor Roberto Salvatore estava inicialmente previsto de pagar sete mil, duzentas e setenta e três sacas de soja em relação ao financiamento que ele contraiu junto ao Banco do Brasil. Só que em função da correção da TR, a dívida do Senhor Roberto foi para dez mil, seiscentos e setenta sacas de soja. E o valor do seu produto esteve bem abaixo, aliás, não conseguiu nem a valorização das sete mil, duzentas e setenta e três sacas. Portanto, mais de 40% a defasagem do valor do seu produto em relação ao aumento real da dívida que o agricultor teve.

Encerro aqui, Senhor Presidente, pedindo que esta Assembléia Legislativa se manifeste através de uma moção de aplauso a Doutora Astride Maranhão de Carvalho, para que ela, para que com a firmeza que ela adotou na decisão dessa questão possa servir de exemplo para outros magistrados no Brasil e, que uma jurisprudência, que venha efetivamente estar do lado do agricultor, estar do lado da classe produtiva desse País que já não agüenta mais o aperto, o arrocho e as dificuldades.

Para encerrar, gostaria de convidar os Senhores Deputados desta Assembléia, já passei o convite a quase todos, mas faço aqui da tribuna, para a viagem que faremos no dia 21 à noite. Sairemos aqui da Assembléia com destino a visita de Salto Segredo, para que os nossos Parlamentares conheçam as obras da usina; e também tomemos conhecimento do reassentamento que a COPEL realizou na Usina de Salto Segredo, no Município de Manguaçu; e aí no dia 22 iremos em direção a Cascavel, aonde pernoitaremos, e no outro dia iremos conhecer a construção da Usina de Salto Caxias, a maior obra em execução no Estado do Paraná.

Iremos conhecer também as margens do Rio Iguaçu, que serão totalmente inundadas com a construção dessa barragem, Senhor Presidente Luiz Carlos Zuk, a quem agradeço por ter permitido que pudesse ter concluído o meu raciocínio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra, o ilustre Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO - Senhor Presidente, ilustre Deputado Luiz Carlos Alborghetti, obrigado pela ansiedade em querer me ouvir, Senhores Deputados.

Traz-me a esta tribuna uma reflexão tendo em vista a audiência na qual, com outros Deputados, acompanhamos os trabalhadores rurais, agricultores do Estado do Paraná, quando conversavam e colocavam sua pauta de reivindicações no "Grito da Terra".

E, naquela ocasião, indagado por um repórter, o Governador Jaime Lerner proferiu uma sentença que vale a pena refletirmos, que as Vilas Rurais não atendem às expectativas daqueles que desejam a reforma agrária. A repórter perguntou: "Governador, o que o Senhor tem a dizer sobre o questionamento das lideranças rurais, dizendo que 1/2 hectare, ou meia quadra de terra não reflete, exatamente, uma reforma agrária, como se pronunciou em cadeia nacional, em programa televisivo, dizendo que é uma reforma agrária sem ideologia, pacífica?" E para provar que Vilas Rurais - em que pese ser um excelente programa habitacional para bôias-frias - jamais pode ser confundido com reforma agrária, porque senão estaremos fazendo um insulto à própria inteligência humana. Porque, com meia quadra de terra, nem japonês plantando batatinha em barril, vai sobreviver!

E no próprio programa distribuído pelo Governo do Estado diz: "Vilas Rurais, o que é? O Programa de Habitação Rural - Vilas Rurais - prevê o atendimento global, integrado ao trabalhador rural, volante, ou bôia-fria". Então, de vez está descartado - queremos reafirmar e vou bater, firmemente contra, cada vez que for levantada na questão da reforma agrária - o Paraná não tem solução, com o atual Governo, o Paraná não apresentou solução cabal para a questão da reforma agrária!

Mais adiante, continua o mesmo texto, distribuído pelo Governo: "Serão participantes, municípios com considerável mão-de-obra rural, envolvidos principalmente com o algodão e a cana-de-açúcar". Aí você exclui especialmente os municípios lá da Região Oeste do Paraná, com exceção de alguns - evidente. O restante, onde tem problemas com ocupação de terras, não terão sido atendidos, portanto, mais uma vez, reafirmando que não é um programa de reforma agrária.

Nas condições para ter Vilas Rurais, ele coloca: "Exercer atividade remunerada, em caráter temporário". Reafirma, mais uma vez, que é um programa habitacional para o bôia-fria.

Em que pese seja um programa para o bôia-fria, e que poderemos tecer elogios, apenas não estendido ao marketing feito em torno das Vilas Rurais de Apucarana, algumas preocupações são levantadas: 1) o valor envolvido nas Vilas Rurais; 2) se todas as Vilas Rurais terão o mesmo aparato de infra-estrutura que tem em Apucarana.

Vale dizer que, do ponto de vista do marketing político, você faz uma Vila Rural exemplar, faz mais umas 60, 70 ou 400 e só mostra a exemplar. Mas o número é bastante grande, para efeito de marketing, para o Brasil, isto é importante.

Então, para o Paraná, precisamos do compromisso que o Governo do Estado tenha com relação ao órgão auxiliar de implantação da reforma agrária. Não é de caráter prioritário, não é de competência do Governo Estadual fazer reforma agrária, mas ele pode atuar como auxiliador de reforma agrária. A reforma fundiária cabe ao Governo Federal, agora, a complementariedade, a assistência técnica, o auxílio para a educação e a saúde, são deveres do Governo do Estado. E Vilas Rurais jamais pode ser confundido com reforma agrária.

A Vila Rural pode ser questionada mais adiante ainda, quanto às condições. Há denúncias dizendo que o programa será implantado às custas dos cofres públicos, mas através da renúncia fiscal, que é um mecanismo extremamente perigoso de se proceder, agente de recursos para implantar esses programas. Aí você tem um controle que foge ao nosso papel de Parlamentar: a renúncia fiscal. Isso é perigosíssimo.

Há projetos de quatro Vilas Rurais, 50 milhões, onde 10 milhões pelo BNDES e 30 milhões de renúncia fiscal, e uma outra indagação feita por um fazendeiro em consonância com a Prefeitura: ele tem a fazenda, segue um preço para a Vila Rural, lá no fundão da fazenda - existe um termo em português: "lã", para dizer que é mais do que "lã". Aí, para você chegar à Vila Rural, você tem que fazer calçamento, rede elétrica, telefones, quer dizer, ali o camarada, além de ter a renúncia fiscal, terá infra-estrutura no campo.

Então, esse é o questionamento que fica claro que tem que ser levantado. O projeto de Vila Rural tem que ser clareado para os Parlamentares e jamais, jamais pode ser colocado como o próprio Governador já admitiu em documento público, que não é projeto de reforma agrária. Tem que ficar muito claro isso. O Governo precisa estar ausente numa política auxiliadora no processo de reforma agrária. Reforma fundiária para o Governo Federal. Agora, complementariedade para chegar a uma reforma agrária, para fixação do homem no campo, precisa grande mão, grande ajuda do Governo Estadual.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Horário das Lideranças. Passamos à

Sobre a mesa, projeto de lei complementar de autoria do Sr. Deputado Toti Colação, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Aníbal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia, da presente Sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 188/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 030/95 que autoriza o Poder Executivo a subscrever aumento de capital do Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D. A. nº 60, de 31.05.95 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 188/95

P A R E C E R:

O objetivo do presente projeto, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem nº 030/95, é autorizar o Poder Executivo a subscrever o aumento do capital social do Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO, no montante de até R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais).

Justifica o Senhor Governador que a proposição é resultado de estudos realizados pela Secretaria de Estado da Fazenda e visa atender aos superiores interesses da Administração, pois o pretendido aumento de capital virá ensejar ao Banco do Estado do Paraná condições no sentido de ser mais competitivo e melhor estruturado.

A matéria se encontra, no aspecto constitucional, legal e regimental, sem óbices para a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo nosso parecer é favorável opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 06.06.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

ORDEM DO DIA,
com a presença de 53 Senhores Deputados.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 188/95

P A R E C E R:

O presente plano de lei, oriundo do Poder Executivo, através da Mensagem n° 030/95, objetiva autorizar o Poder Executivo a subscrever aumento de capital do Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO, conforme específica.

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão não encontrou nada que impeça a normal tramitação deste projeto pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Sendo assim, somos compelidos a manifestar nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.06.95

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Gostaria apenas de solicitar que na votação de amanhã, constasse junto da Ordem do Dia este projeto, essa Mensagem do Executivo, que não consta, e ficamos sem saber absolutamente nada a respeito do aumento de capital.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Está devidamente anotada a proposição do ilustre Deputado Caíto Quintana.

O SR. ALGACI TÚLIO - Reforço porque a Ordem do Dia da última quinta-feira não foi votada, e, conseqüentemente, a Ordem do Dia de hoje veio somente com a súmula, sem a justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Reforçado o pedido do ilustre Líder do Governo, Deputado Algaci Túlio, já que a mesma foi publicada quando da Sessão de quinta-feira, mas será devidamente feito no dia de amanhã.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 130/95, de autoria do Deputado Ricardo Chab, que autoriza o Poder Executivo a criar na estrutura da Secretaria de Segurança Pública, o Departamento de Defesa, Investigações e Orientação às Famílias de Crianças Desaparecidas no Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P.. (Publ. no D.A. n° 39, de 25.04.95)

PROJETO DE LEI N° 130/95
EMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA

O artigo 2°, do Projeto de Lei n°

130/95, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2° - O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação."

Sala das Sessões, em 02.05.95

(a) RICARDO CHAB

Apoiamento: Caíto Quintana, Augustinho Zucchi, Luiz Cláudio Romanelli e uma ilegível.

JUSTIFICATIVA:

O escopo da Emenda Modificativa Corretiva que ora apresenta é tornar mais ampla a regulamentação da proposição em tela.

Deste modo, o Poder Executivo ao criar, na estrutura da Secretaria de Segurança Pública, o Departamento de Defesa, Investigação e Orientação às Famílias de Crianças Desaparecidas no Estado do Paraná, dotará de toda a estrutura adequada e necessária para o bom funcionamento do órgão.

Pela relevância do tema e pela oportunidade da medida da presente Emenda Modificativa Corretiva, contamos com o apoio dos ilustres Parlamentares para a sua aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 130/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Ricardo Chab tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar na estrutura da Secretaria de Segurança Pública o Departamento de Defesa, Investigação e Orientação às Famílias de Crianças Desaparecidas no Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável à sua normal tramitação por esta Casa de Leis, na forma da Emenda Modificativa Corretiva em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.05.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI N° 130/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ricardo Chab, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar na estrutura da Secretaria de Segurança Pública o Departamento de Defesa, Investigação e Orientação às Famílias de Crianças Desaparecidas no Estado do Paraná.

Chamada a opinar esta Comissão de Segurança Pública apoia integralmente a proposição do nobre Deputado por encontrar nela méritos indiscutíveis e que trará benefícios à coletividade paranaense, principalmente às famílias afetadas por desaparecimentos de crianças, além do que, com a criação proposta, irá facilitar, em mui-

to, as investigações, que serão centralizadas em um só departamento.

Assim sendo nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma da Emenda Modificativa Corretiva em anexo. É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.05.95

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

Em votação.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Apenas para alertar que, na verdade, não se pode criar um departamento dentro da administração da Secretaria de Segurança Pública. Mas, no dia de amanhã - em entendimento com o Deputado Chab - estaremos encaminhando uma emenda, para, evidentemente, regularizar o seu projeto de lei que no mérito tem o nosso apoio; apenas ele se retardou na questão da sua análise neste Plenário porque estava ainda em análise na própria Secretaria de Segurança Pública.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Emenda da CCJ. Em discussão, em votação o Projeto. **Aprovado. A emenda será apreciada na 2.ª discussão.**

ITEM 07

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 199/95, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Fundação Papa Paulo VI, com sede e foro no Município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J... **Em votação.**

O SR. IRINEU COLOMBO (Para encaminhar) - Senhor Presidente, manifesto uma preocupação já que temos na Ordem do Dia hoje vários projetos de lei que declaram de Utilidade Pública várias entidades. Entendendo que já manifestei minha preocupação encaminhando um requerimento à Mesa, porque estamos criando de forma muito facilitadora a lei que declara de Utilidade Pública.

No entanto, a própria Lei nº 6994 diz como são criadas essas entidades em seu artigo 2º. E em seu artigo 3º diz: "Será cassada a declaração de Utilidade Pública da entidade que, comprovadamente, deixar de apresentar durante 3 anos consecutivos, sem motivo justificado, o relatório anual, deixar de se negar a prestar serviços compreendidos nos fins estatutários e remunerar, sob qualquer forma, menos a sua diretoria."

O que queremos manifestar como preocupação é que em contato telefônico com a Secretaria de Estado competente é que é muito comum essas entidades serem declaradas de Utilidade Pública e no entanto não prestam mais nenhuma satisfação para nós,

Deputados, inclusive. Então, aqui as entidades saem corretas, são aprovadas. Só que temos que manifestar uma preocupação de começar a fiscalizar isso aí, porque, de repente, está se montando um esquema de pegar dinheiro do Governo Estadual, remunerar terceiros, ter isenções fiscais, vantagens várias por conta do nosso voto favorável e essas entidades esquecem de nos prestar satisfação.

Conclamo a Mesa, o Plenário para que nos ajudem a fiscalizar corretamente essas entidades. Esse alerta tem que se levar em consideração, inclusive quando forem votar na CCJ atentar bem para ver se preenche todos os requisitos perfeitamente. Vou investigar, inclusive, na minha cidade. Estou pedindo já um relatório completo de todas as entidades e saber se estão mandando o relatório anual. Porque senão, isso aqui é bobeira, é coisa de criança. Aprovar isso aqui no afogadilho é muito simples.

Então queremos respeito com este Plenário, respeito com a Assembléia Legislativa. Que eles prestem a devida atenção e enviem os relatórios para nós e para a Secretaria de Estado competente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Só para complementar, Deputado Irineu Colombo.

Todas as medidas saneadoras de irregularidades que possam ser cometidas o Tribunal de Contas é o órgão que depois do reconhecimento de Utilidade Pública, depois do oferecimento de algum recurso público é aquele Tribunal, a alçada pelo qual a entidade é fiscalizada. No que concerne à tramitação neste Poder, a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, dentro do que é facultado no Regimento, faz com que nenhuma instituição seja reconhecida de Utilidade Pública se não se encaixar dentro do que realmente a lei exige. E posterior ao seu reconhecimento a votação deste Plenário, o reconhecimento de Utilidade Pública a fiscalização passa a ser do Tribunal de Contas, porque inúmeras instituições reconhecidas de Utilidade Pública não tiveram a sua seqüência normal e são cassadas automaticamente pelo Tribunal de Contas do Estado.

Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Não quero prolongar este assunto mas o Deputado Colombo tem razão na sua colocação e Vossa Excelência inclusive... (inaudível).

Nos jornais de hoje consta inclusive cassação de declaração de Utilidade Pública de uma série de instituições e muitas delas inclusive no Estado do Paraná, fede-

ral, creio que deve ser cassação federal, porque é do Presidente. Agora a legislação nossa, Senhor Presidente, ela diz que as entidades declaradas de Utilidade Pública municipal, estadual ou federal podem receber recursos do Governo do Estado.

Ora, até certo ponto me pergunto como fica uma entidade que foi cassada a sua Utilidade Pública federal e é declarada de Utilidade Pública estadual e aqui não se faz a mesma coisa, quer dizer, passa a ter uma situação difícil. Acho que é muito bom realmente a Assembléia Legislativa fazer um levantamento dessas declarações e ver as que estão cumprindo com os requisitos legais.

Obrigado.

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem) - No nosso entendimento o que diz o artigo 2º é mesmo que ela não receba verba do Governo Estadual, ela tem que mandar o relatório das suas ações, mudança de estatuto, se está remunerando diretores ou não, se mudou o caráter dela, pedindo, inclusive, para que a Assembléia, o Governo do Estado revogue a Utilidade Pública. Ela tem que manter em sintonia.

Então o Tribunal de Contas só julga, Senhor Presidente, aquele dinheiro que porventura a Secretaria desembolsou para a entidade e manda também um ofício ao Tribunal de Contas para que ele tome as contas da entidade.

Está tudo bem, está sendo inclusive, eu sei de entidades que estão tendo problemas de negativa no Tribunal de Contas. Agora, estou preocupado com outras que inclusive há denúncias de remuneração a terceiros de uma forma que é ilegal, perante o que consta a lei, mas no entanto não tem prestado, inclusive há denúncias de remuneração a terceiros de uma forma que é ilegal, perante o que consta a lei, mas no entanto não tem prestado, inclusive, o relatório e considera-se ainda de Utilidade Pública.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Devidamente anotado. Em votação. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 179/95, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que institui o "Dia do Técnico Industrial no Estado do Paraná". PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 173/95, de autoria do Deputado Albanor José Ferreira Gomes, que declara de Utilidade Pública a "Igreja Assembléia de Deus" -

Curitiba (Novo Mundo), com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 168/95, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública Estadual o Orfanato "Vivenda Renascer", com sede e foro no Município de Fazenda Rio Grande - Paraná. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 166/95, de autoria do Deputado Aníbal Khury, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Professor Alaércio Aparecido de Oliveira. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 091/95, de autoria do Deputado Nereu Moura, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Genir Crestani, conforme especifica. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 023/95, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Pais e Amigos dos Talassêmicos (APPAT), com sede e foro na Cidade de Curitiba-PR. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

Sobre a mesa, Requerimento nº 1616, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1608, de autoria do Senhor Deputado Elío Rusch, com apoio dos Senhores Deputados Nelson Garcia e Reny Borsatto, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1601 e 1602, de autoria do Senhor Deputado Reny Borsatto, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1603 a 1607, 1609 e 1610, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1611, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1612 e 1613, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1614 e 1615, de autoria do Senhor Deputado Nereu Alves Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1617, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1618, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1619, de autoria do Senhor Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1622 e 1623, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1624, de autoria do Senhor Deputado Edgard Bueno, com apoio do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Em votação.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Está em votação, Deputado Romanelli.

Em votação. Senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. CARLO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, não quero entrar no mérito do desejo do Deputado Romanelli, mas pelo que me consta, quando lido um requerimento, e no instante de pôr em votação, o Parlamentar pedir para discutir, é automaticamente transferido para a próxima Sessão. Não há matéria vencida nisso.

Vossa Excelência acabou de votar depois de dar a explicação ao Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A discussão já foi encerrada, se quiser encaminhar a votação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Para encaminhar) - Senhor Presidente, creio que, na verdade estamos votando num requerimento e quero aqui pedir aos Senhores Deputados muita reflexão, porque o ato de substituição do Professor Ubaldo Puppo, reconhecidamente uma autoridade do ensino, um homem que tem uma história de vida, que estudou profundamente as questões ligadas ao nosso ensino, de fato, é um ato que não merece congratulação por esta Casa.

Longe de mim questionar a nomeação do Deputado Maia, mas o ato da destituição do Professor Ubaldo Puppo, seguramente é um

ato contrário aos interesses da Educação, no Paraná.

Por isso, peço aos ilustres Pares desta Casa, o não apoio a este requerimento, como forma de protesto, a destituição do professor Ubaldo Puppo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Em votação. **Aprovado.**

O SR. EMERSON NERONE - Senhor Presidente, verificação de votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - Chamada nominal.

O SR. 1° SECRETÁRIO (Nelson Garcia) - (Procede a chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Pedi chamada nominal.

O SR. EMERSON NERONE - A solicitação foi feita por mim. A solicitação de verificação de quórum foi feita por este Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Deputado Algaci, continua a chamada nominal?

O SR. ALGACI TÚLIO - Continua o pedido de chamada nominal.

O SR. 1° SECRETÁRIO - (Continua com a chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, declino da chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Em votação o requerimento. **Aprovado.**

Requerimentos n°s 1626, 1627 e 1628, de autoria do Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1630 e 1631, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1633, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. ALGACI TÚLIO - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. **Rejeitado.**

O SR. EMERSON NERONE - Peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Matéria vencida.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Presidente, lhe tenho um respeito muito grande, matéria vencida, negativo! Verificação de votação é feita todas as vezes após a votação. Assim não dá para trabalhar.

Vossa Excelência nem sequer contou o número de Deputados, não foi feita verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A Mesa reconhece que não foi feita realmente a contagem. Será contado. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte e quatro Senhores Deputados rejeitam e quatro Deputados aprovam. **Rejeitado o requerimento.**

Requerimento nº 1632, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Esta Mesa defere e fará a verificação de votação.

Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte e quatro Senhores Deputados rejeitam e quatro aprovam. Conseqüentemente **rejeitado.**

O SR. EMERSON NERONE (Questão de Ordem) - Gostaria apenas de parabenizar a Banca do Governo.

Acho que é melhor mesmo adotar a prática de rejeitar uma vez que os requerimentos seriamente formulados nesta Casa não têm sido respondidos.

Acho que esta é a prática mais anti-democrática, mas mais razoável que existe.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Requerimento nº 1625, de autoria do Senhor Deputado Edgard Bueno, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 1635, de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Senhor Deputado Irineu Colombo,

inscrito.

O SR. IRINEU COLOMBO - Senhor Presidente, Srs. Deputados, peço um instante só para explicação do meu voto.

Fiz um pronunciamento aqui, levado a cabo, Sr. Presidente, por conta da banalidade da votação das declarações de utilidade pública. Isto aqui não é uma Casa que trata de banalidades. A votação tem que ser um caso sério. Naquele momento, nenhum Deputado contestou a minha falação e no momento de votar, de expressar a sua vontade realmente como Parlamentar se estava a favor da causa deste Parlamento, votaram contra o requerimento de uma sutileza impressionante, contra um requerimento que pedia tão somente a relação das entidades que estão recebendo subvenções por parte da Secretaria de Estado e nem neste Governo era. É do período de 92 a 94.

Aonde nós estamos, Srs. Parlamentares, que falta de sensibilidade, Senhor Presidente.

O meu voto foi favorável, é claro, sou o autor, seria uma idiotice votar contra o meu requerimento, mas nessas explicações, Senhor Presidente, naquele momento nenhum Deputado contestou a minha falação. Fico extremamente constrangido. Parece-me que foi uma batalha aqui sem igual, sem levar em conta as questões do povo paranaense, sem levar em conta a necessidade que nós, a prerrogativa nossa de fiscalizar, de atentar para as coisas públicas. Nós, aqui, estamos votando reconhecimento de utilidade pública de uma maneira banal. Também tenho projeto de reconhecimento de utilidade pública, mas não poderia ser banal do jeito que foi.

Na medida em que nos propomos a fiscalizar somos barrados pelo próprio Governo. E aliás, Deputado Romanelli, estava pedindo para fiscalizar gestões passadas e não era o caso. Foi incrível. Gostaria de ouvir na próxima Sessão, amanhã, explicações por parte do Governo, do Líder do Governo, que encaminhou essas votações contrárias.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 13 de junho, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA,

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 079, 130 e 188/95.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 057, 072, 078, 123 e 183/95.

Levanta-se a sessão.